



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 083

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE OUTUBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelo senhor deputado Antonio Anibelli e pela senhora deputada Elza Correia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a senhora deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão, ocasião em que este Poder Legislativo prestará homenagem ao Jubileu de Prata do Papado de João Paulo II.

É com satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. Caíto Quintana, secretário - chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, representando S. Exa. o Sr. governador Roberto Requião de Mello e Silva; Exmo. Sr. Revmo. Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba; Exmo. Sr. padre Benedykt Grzymkowski Schr, reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil e responsável pelo Bosque João Paulo II, em Curitiba; Exmo. Sr. padre Luiz Alberto Keina, procurador da Arquidiocese; Exmo. Sr. padre Reginaldo Manzone, vigário episcopal; Exmo. Sr. Dom Efraim Basílio Krevey, eparca dos Católicos Ucrânicos no Brasil; Exmo. Sr. deputado Rafael Greca de Macedo, segundo secretário da Mesa; Exmo. Sr. deputado Antonio Anibelli, primeiro secretário desta Mesa; Exma Sra. deputada

Elza Correia, também segunda secretária da Mesa, religiosos e religiosas, telespectadores da Rede Vida em todo o Brasil.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional, a ser executado pela Banda da Polícia Militar e cantado pelo Coral Paraná.

(Executa-se o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Senhoras e senhores, deputados, vereadores aqui presentes, autoridades, professores e professoras que nos visitam e na sequência na Sessão de hoje, na Assembléia, teremos também a palavra do professor José Lemos, pela APP, falando para os deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a elevada honra de celebrar esta véspera festiva do jubileu de coroação do Papa João Paulo II.

Amanhã, todo mundo cristão e toda humanidade estará em festa pelos 25 anos de feliz pontificado deste homem admirável que vindo da sofrida Polônia derrubou muros de vergonha, rompeu barreiras, semeou a paz e imprimiu a sua marca de líder mundial.

Esta Assembléia, em 1980 já fez de João Paulo II, no mundo Karol Wojtyła, cidadão do Paraná, quando nos deu a honra de sua histórica visita aqui na Praça do Centro Cívico, em Curitiba.

Teve a feliz idéia o deputado Rafael Greca em propor esta Sessão, a homenagem solene.

Queremos agora ouvir o Hino do Jubileu, a ser executado pela orquestra estudantil Legionários de Cristo, regidos pelo maestro Adriano Gabriel Sviachi.

(Apresentação do Hino do Jubileu)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Presidência concede a palavra ao Exmo Sr. deputado Rafael Greca de Macedo, que em nome deste Poder Legislativo saudará o Jubileu de Prata do papado de João Paulo II.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, desta magna Assembléia, deputado Natálio Stica, deputados e deputadas; Sr. deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, representando o senhor governador; Exmo. Revmo. Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba; Exmo. Revmo. Dom Efraim Krevey, eparca dos Ucrânicos; Dom Gernias, bispo dos ucrânicos ortodoxos; Padre Benedykt Grzymkowski, reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil; reverendos vigários episcopais; monsenhor Vicente Vítola, decano dos Padres da Arquidiocese de Curitiba, coronel David, comandante da nossa Polícia Militar, estimadas irmãs evangélicas de Maria, Tadeu, do pierogi, que foi aluno do Papa, e todos e cada um que aqui estão, incluindo os seminaristas e as religiosas e os nossos valorosos professores, que por ser o seu dia mere-

cem valorosa salva de palmas; e também os funcionários de escolas que sejam saudados e bem recebidos.

(Lê):

‘A Odisséia do Papa

‘Feliz aquele que, como Ulisses, cumpriu uma bela jornada’.

Com este verso imemorial de Ronsard quero saudar a magnífica trajetória de Sua Santidade, João Paulo II, que na alvorada deste 16 de outubro, será o quarto Papa da Igreja Católica, a completar 25 anos de pontificado.

Antes de João Paulo II, só São Pedro, Pio IX, e Leão XIII calçaram por 25 anos as sandálias do pescador.

São Pedro, a quem Jesus Cristo, por primeiro, confiou a sua Igreja assegurando ‘as forças do inferno não prevalecerão contra ela’.

Papa Pio IX - aquele que foi a Paris para coroar Napoleão, e acabou aprisionado pelo imperador da França.

Papa Leão XIII - a quem a Cristandade deve a luz da encíclica *Rerum Novarum*, que ensina ‘sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social e valoriza a fé e a força dos operários’.

Amanhã, quando o sol nascente iluminar a cúpula de Michelângelo e o Palácio Apostólico, sobre os esplêndidos jardins do Vaticano, no acetinado céu do outono romano, um Papa, já fisicamente debilitado, poderá render graças a Deus pela missão cumprida.

E ouvirá nos sinos de todas as igrejas de Roma, e de todo o mundo católico, cânticos de glória, a celebrar-lhe os feitos.

Seus olhos perpassarão a tarde daquela segunda-feira de 1978, quando respondeu favoravelmente ao voto da maioria do Sacro Colégio dos Cardeais - na Capela Sistina, dizendo: ‘Eu aceito’.

O mundo se lembrará da fumaça branca entre os muros do Vaticano, a proclamação ao povo: ‘*Ego annuncio vobis gaudium maximum: habemus Papa!*’

E que Papa!

Alguém que estava na Piazza San Pietro, naquela tarde, escreveu ter ouvido o farfalhar das asas do Espírito Santo. Não deve ter se enganado.

Pouca vezes Deus e a Humanidade foram tão servidos por um servo dos servos de Deus, no trono de Pedro, o foram - e o fomos - por Karol Wojtyła.

Feliz aquele que, como Ulisses, cumpriu bela jornada.

É recordarmos o poema clássico de Homero.

‘O gesto de Ulisses, vitorioso, após todas as batalhas, ao fim da peregrinação, em meio ao nevoeiro, quando pergunta à Sabedoria: ‘- Onde estou?’

‘Está em Ítaca, a terra prometida, onde corre leite e mel, a terra que buscava, onde vivem os que amas’, diz-lhe a Sabedoria.

E o incansável Ulisses, peregrino, que vagara mais de vinte anos, ajoelha-se e beija o chão.

Quantas vezes Sua Santidade, nesses vinte anos de jornada, repetiu Ulisses, ouviu a voz da Sabedoria, viajou ao encontro dos que amava, iluminou as trevas, dissipou as névoas, inspirou os poetas, e ajoelhando-se, beijou o chão.

Começou pelo México, no país onde vigia constituição anticlerical. O governo do presidente Portillo negou-se a dar-lhe recepção calorosa. O presidente mexicano e sua mulher, D. Carmela, foram ao aeroporto disfarçados de cidadãos comuns. Sem banda de música, sem guarda de honra, sem bandeiras. Protocolo mínimo. João Paulo II desembarcou e, com fervor, beijou o solo mexicano. Um índio abriu seu poncho diante do Papa, despejando uma cascata de rosas, qual Juan Diego, em 1531, no milagre da Virgem de Guadalupe. Uma orquestra de mariachis atacou de Cielito Lindo e Las Mañanitas. O Papa colocou um sombrero na cabeça. E pronto. Tal rastilho de pólvora, o México e o mundo, através a imagem da televisão, estavam conquistados. Pelo amor.

A mídia oficial cedeu. Na praça do Zócalo, na Basílica de Guadalupe, a recepção tornou-se consagrada. A frieza pretendida pelo PRI - então Partido único do governo mexicano - foi para as calendas: um terço dos treze milhões de habitantes da Cidade do México saiu às ruas, gritando: ‘Juan Pablo II, te quiere todo el mundo’.

O Papa não deixou por menos; diante do ícone sagrado da Virgem Guadalupe, - que os índios mexicanos carinhosamente, chamam Tonantzin, Nossa Menina - o Papa, que escrevera em seu escudo a legenda mariana ‘*Tottus Tuus*’, e aos nove anos de idade perdera sua mãe, entregando-se à sublime proteção da devoção à Nossa Senhora, exortou 10 mil padres da América Latina, ali reunidos:

‘Rezemos o rosário. Façam meditações diárias. Pratiquem a devoção à Santa Virgem Maria. Não se deixem levar pelos sedutores do envolvimento político. Vocês são guias espirituais. Padres não são dirigentes políticos, nem funcionários públicos. Obedeçam seus bispos. Se confesse com frequência.’

No dia seguinte, em Puebla, o Papa surpreendeu a igreja que embarcava na canoa da teologia da libertação, e, como energia, tomou o timão da grande barca de Pedro, dizendo:

‘- Precisamos manter vigilância sobre a pureza da doutrina. Evitar falsas interpretações de Cristo. Evitar teorias que silenciem sobre Sua Divindade. Evitar este Jesus envolvido com lutas de classe. Esse Jesus político, reduzido a um revolucionário, ao subversivo de Nazaré, não se harmoniza com o sublime ensinamento da Igreja. A Igreja não tem necessidade de recorrer a sistemas ou a ideologias, para amar, defender e fazer a sua parte na libertação da humanidade.

Nossa própria mensagem cristã e evangélica, nos inspira a trabalhar pela justiça, paz e fraternidade. A igreja pode ser contra todas as formas de dominação, escravidão, discriminação. Contra a violência, ataques à

liberdade religiosa, ato de agressão contra a vida humana, finalizou o Papa.'

No Kremlin e na Casa Branca, a clareza do ensinamento foi compreendida: o Papa de Cracóvia jamais permitiria que o pensamento católico fosse alinhado com movimentos marxistas, na batalha pela justiça social e pela democracia.

Feliz aquele que como Ulisses cumpriu uma bela jornada.

A viagem seguinte seria a Polônia. A primeira de muitas, além da Cortina de Ferro. A única necessária para abalar os alicerces do Muro de Berlim, e fazer tremer o Kremlin, abrir as portas da Rússia para Deus.

Na manhã de 2 de junho de 1979, o avião do Papa pousou em Varsóvia, às 10h07min. Os sinos de todas as igrejas polonesas soaram. Do Mar Báltico às montanhas Tatra, da Silésia à fronteira com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Em 1966, os dirigentes PC haviam impedido o Papa Paulo VI de visitar Varsóvia, Berlim e Praga. Agora, a História estava se vingando. João Paulo II abria as portas da sua Polônia, o báculo de pontífice nas mãos a cruz de sucessor de São Pedro no peito sobre o coração polonês. E no futuro voltaria em glória, quando bem o quisesse.

Enquanto Sua Santidade se ajoelhava para beijar o solo, no aeroporto de Okecie, e abraçava duas meninas que lhe ofereciam flores, o pão e o sal, boas vindas da tradição eslava, o som daqueles sinos batia de encontro às fronteiras da Alemanha Oriental. Cruzava a fronteira da Checoslováquia, saltava por cima das barreiras de arame farpado da Ucrânia e da Bielorrússia, e da Católica Lituânia, onde a padroeira é Maria, Nossa Senhora da Porta da Aurora.

Nos dias subsequentes o significado daqueles sinos repicando insistentemente ficaria claro para milhões de pessoas:

Os sinos anunciavam a libertação.

Derrubariam o muro de Berlim.

Decretariam o fim da cortina de ferro.

O Papa, na Praça da Vitória, em Varsóvia, diante de uma imensa cruz de madeira, disse, pela primeira vez num país comunista, exatamente as palavras que os dirigentes partidários de Moscou e Varsóvia mais temiam:

'- Cristo não pode ser excluído da História da Humanidade. Em qualquer latitude, longitude da Terra. Excluir Cristo da História do Homem é pecado contra a Humanidade.'

E concluiu:

'- Possa o Espírito Santo descer sobre nós, e renovar a face da Terra.'

Relatam os jornalistas Marco Politi e Karl Bernstein, que a KGB, política secreta soviética, fez um curioso relatório, apontando a invocação ritual do Espírito Santo, como 'perigosos gritos revolucionários, disfarçados de preces.' As ditaduras temem a palavra, sobremaneira, o logos, isto é, o sopro do Espírito Santo. As

ditaduras e os governantes podres, ontem como hoje, nos mandam fazer silêncio.

Mas a palavra e a luz renovam a face da terra.

Nesses 25 anos, João Paulo II cumpriu papel político importantíssimo. Foi pastor universal, interlocutor de Reagan, Gorbachov. William Casey, diretor da CIA, disse de João Paulo II: 'Só Sua Santidade sabe como resolver a intrincada equação polonesa.' Foi o Papa quem enquadrou o ditador polonês Jarulewsky, e fez erguer Lech Walesa. Foi um campeão na luta pelos direitos humanos. Enfrentou, igualmente, Fidel Castro, Stroessner e George Bush.

Em Cuba, contra Fidel, empregou seu púlpito de alcance global para se manifestar a favor dos presos políticos e dos fuzilados sumariamente, falando onde quase sempre todos se calam em nome da romântica utopia da pequena ação isolada, admirada por enfrentar os EUA.

Obrigou a intrincada diplomacia do Vaticano, a reconhecer o Estado de Israel.

Em contrapartida, recebeu Yasser Arafat, no Palácio Apostólico, e jamais deixou de dizer que deve haver a terra prometida para os palestinos, aí incluído o direito do povo palestino, viver dentro dos muros de Belém e Jerusalém.

Na última triste guerra, surpreendeu o mundo, abrindo o Vaticano e a Basílica de São Francisco de Assis, ao ministro Tarik Aziz, do Iraque, para contrariedade dos invasores Bush e Blair, empenhados em trocar sangue por petróleo.

Árbitro na feliz solução da questão entre o Chile e a Argentina, na disputa pelo Canal de Beagle, colocou nas mãos da Santíssima Virgem de Fátima, a solução da guerra das Malvinas, pedindo clamorosamente pelos filhos da católica nação argentina. Atento, seus ouvidos sensíveis, souberam ouvir as vozes da África e consolar as dores dos excluídos.

Feliz aquele que, como Ulisses cumpriu a sua bela jornada.

No auge da glória, João Paulo II nos visitou, em junho de 1980. Viria outras vezes ao Brasil. Em Santa Catarina nos deu Santa Paulina do Brasil, a milagrosa Madre de Nova Trento.

Um dos responsáveis pela vinda do Papa ao Paraná está entre nós: padre Bendykt Krzymkowsky, reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil. Interlocutor do Cardeal Glemp, primaz da Polônia, do Bispo Szepean Vesoly, reitor da Igreja Polaca de Roma. Amigo do secretário do Papa, Padre Benedykt soube que sua Santidade preparava no Vaticano vinda ao Brasil.

Quando me contou, fiz no IPPUC um documento sobre Curitiba e o Paraná, em latim, traduzido por dom Jerônimo Mazarotto, em italiano e francês, traduzido por minha Margarita, em polonês, escrito pelo próprio Padre Benedykt. O documento, enriquecido com desenhos, roteiros, e o detalhamento completo da celebração em Curitiba, seguiu para Roma com a benção de nosso arcebispo D. Pedro Fedalto.

Quando o Papa reuniu-se com os cardeais para escolher o roteiro brasileiro foi logo dizendo:

‘- Onde é Curitiba? Quero ir ao Paraná!’

Fui o encarregado do governo de então, de organizar a engenharia e a logística do encontro com os poloneses no campo do Coritiba, e ao altar monumental no Centro Cívico.

Chegaram os dias 5 e 6 de julho de 1980.

O Papa recebeu pão e sal, na casa polaca, resgatada da Colônia Thomaz Coelho do Rio Passaúna, das mãos de Silvestre e Genovena Pianowski - que já não vivem. O peixe e os tapetes de flores. O povo cantando Sto Lat! Sto Lat! Viva Cem Anos!

Ruas repletas. Noite de luz, Curitiba, com um milhão de visitantes, em vigília de serenatas religiosas.

Lembro que levei a imagem de Nossa Senhora da Luz até o altar no Centro Cívico. A multidão, compacta e cheia de fé, cantou Ave Maria, espontaneamente.

Amanhecia: o domingo mais bonito da história de Curitiba.

Uma das grandes horas do Paraná estava por começar, quando, na limousine aberta, batina branca, capa pastoral vermelha, chapéu de abas de arminho vermelho, o Papa apareceu escoltado por lanceiros, no meio da multidão, acenando.

‘- Esta cidade, pela variedade das gentes que me ouvem proclamar o Evangelho, se assemelha à Jerusalém da manhã de Pentecostes.’

O povo não o deixa partir, exclamando: ‘Ei, ei, ei, o Papa é nosso rei!’

Na despedida, João Paulo nos consolou:

‘- O Papa é curitibano! O Papa é do Paraná!’

Quando partiu rumo a Salvador, dávamos razão a Homero:

‘Feliz aquele que, como Ulisses, fez uma bela jornada.’

Tive a alegria de eternizá-lo no meu projeto, o Bosque do Papa, um dos mais bonitos de Curitiba.

Ali, nosso povo de Curitiba, em vigília, rezou depois que, a 13 de maio de 1981, o terrorista turco Ali Agca alvejou o Papa durante a audiência pública na Praça de São Pedro. A bala de 9mm, passou pertíssimo da aorta e sangrando o Papa só dizia: ‘Maria, minha Mãe! Maria, minha Mãe!’ Mãe que o salvou.

Duas relíquias da fé brilham em santuários marianos, a pedido de João Paulo II:

A bala é parte de uma coroa de prata oferecida a Nossa Senhora de Fátima em Portugal, e a faixa que lhe cingia o ventre é estola cerimonial do ícone de Czestochowa, na Polônia.

Totus Tuus, escrevera ele sob o M, de Maria, no brasão papal. *Servi Marie nunc peribit*: os servos de Maria nunca perecerão.

O próprio Papa perdoou o algoz, que diria ao mundo saber João Paulo II mais do que ele, das razões do atentado. Uma conexão búlgara, subserviente à KGB soviética.

O Papa vivo é escudo da humanidade.

Celebramos aqui seu ensinamento.

‘Chamem o Bem e o mal pelos nomes!’

Cabe a vocês erguer uma barreira sólida contra a desmoralização, e afirmar a solidariedade fundamental entre os seres humanos.’ (sermão de Czestochowa, em 1983). João Paulo II deu-nos a PUC. Fez Pontifícia a Universidade Católica do Paraná. Fez Basílica a nossa Catedral. Mas, acima de tudo, foi o Pastor que norteou a Igreja no caminho da espiritualidade, ele que é o Papa do novo milênio, o papa do Grande Jubileu do Ano 2000.

Neste domingo, João Paulo II, coroa sua trajetória, beatificando em Roma, Madre Teresa de Calcutá, a mãe dos pobres da Índia.

Também ela, feliz, qual Ulisses, cumpriu bela jornada e nos ensinou:

‘Em nossa compaixão somos como gotas d’água no Oceano. Mas se não a colocarmos, meu Deus! Pode o Oceano delas sentir falta!’

Quando passou por aqui, o querido povo brasileiro pediu ao Papa: a bênção, João de Deus! E ele beijou-nos a terra, qual o peregrino do poema clássico ao chegar na sua terra natal.”

Ao se cumprir tão bela jornada, queremos, todos os brasileiros do Paraná, pedir a Deus: abençoe aqui o nosso Pedro, nosso amado bispo D. Pedro Fedalto, nos seus 50 anos de bondoso sacerdócio, também ele é um sinal de Deus entre nós. Abençoe D. Geraldo Magella, o cardeal primaz presidente da CNBB, inspirador da Pastoral da Criança e todos os cardeais, arcebispos, bispos, religiosos e religiosas.

E abençoe todo o povo brasileiro.

Pedimos a D. Pedro que receba depois das mãos do Stica duas medalhas de prata dos 150 anos do Paraná, mandadas cunhar por esta Assembléia. Guarde uma para si no seu coração de pastor. E a outra faça chegar ao Palácio Apostólico para que o Papa a acerve entre os tesouros do Vaticano, como sinal do amor do povo paranaense.

E, desde este Parlamento, meus pares deputados pelo Estado do Paraná, o governador Roberto Requião, todos os partidos políticos, todas as regiões do Estado me pedem esta proclamação: roguemos a Deus, abençoar Sua Santidade o Papa, na caminhada, pedindo à sua Mãe Maria, que o conserve todo seu! Viva João de Deus! Viva João Paulo II!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta presidência concede a palavra a S. Exa. Revma. D. Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba.

O SR. DOM PEDRO FEDALTO

Exmo. Sr. deputado Natálio Stica, hoje como presidente desta Assembléia Legislativa.

Quero saudar todas as autoridades já mencionadas, Exmos. Srs. deputados, minhas senhoras e meus senhores.

(Lê):

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta justa e carinhosa homenagem ao Papa João Paulo II, gloriosamente reinante.

O Papa é o vigário de Jesus Cristo na terra, legítimo sucessor de São Pedro Apóstolo.

A Igreja fundamenta-se na Bíblia para esta afirmação.

Foi em Cesaréia de Filipe que Cristo prometeu a Pedro esta missão: “tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus. O que ligares na terra será ligado nos céus”. (Mt 16, 18-19).

“Orei por ti a fim de que tua fé não desfaleça. Quando te converteres, confirma meus irmãos na fé”. (Lc 22,32).

Cristo cumpre sua promessa, após sua ressurreição, exigindo de Pedro uma tríplice profissão de fé: “tu me amas mais que estes? Apascenta minhas ovelhas”. (Jo. 21, 15-18).

Pedro agiu, obedecendo fielmente ao Senhor Jesus Cristo, escolhendo Matias, no lugar de Judas Iscariotes (At. 1, 20-21), pregando no dia de Pentecostes a uma multidão reunida em Jerusalém, de modo profético (At. 2, 14-41), conseguindo, no mesmo instante que cerca de três mil pessoas aderissem a Cristo e se tornassem seus discípulos (At. 2, 41).

Pedro não teme anunciar Jesus Cristo. Quando os apóstolos foram expressamente proibidos de pregar em nome de Jesus Cristo, Pedro e João confessam publicamente: “julgai, se é justo aos olhos de Deus obedecer mais a vós do que a Deus. É impossível deixarmos de falar das coisas que vimos e ouvimos. Disto somos testemunhas”. (At. 4, 18-20 e 5, 29 e 32).

É Pedro que dirime as controvérsias surgidas no início da Igreja (At. 15, 7). Assim sempre agiram os Papas.

João Paulo II, legítimo sucessor de São Pedro, confirma seus irmãos com sua fé profética, destemida, como missionário, percorrendo o mundo como missionário de Cristo. Empreendeu 102 viagens pastorais, em 548 dias, visitando 137 países: 43 da África, 36 da Europa, 28 da Ásia, 27 da América e 03 da Oceania, com um poder pleno, supremo, universal, como pastor da Igreja, como se expressaram os bispos católicos no Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, em Roma, de conformidade com os documentos conciliares *Lumen Gentium* - “Luz dos Povos” - nº 22 e *Christus Dominus* - “Cristo Senhor” - nº 04. E nessas suas viagens também visitou 3 vezes o Brasil, e uma delas foi Curitiba.

O Papa João Paulo II escreveu 14 encíclicas: sobre a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo, ética e moral, assuntos sociais e filosóficos, sobre o ecumenismo e diálogo religioso para que todos sejam um.

Em mais de mil e duzentas audiências, recebeu mais de 17.000.000 (dezessete milhões) de peregrinos católicos, judeus, islâmicos e de outras religiões.

Podemos caracterizar o Papa João Paulo II em três aspectos, entre outros: pontífice da paz, da família e da juventude.

O Papa da Paz - Desde que assumiu o pontificado não cessa de falar da paz. Por duas vezes reuniu em Assis os dirigentes das grandes religiões do mundo para orar pela paz. Tudo fez para evitar a guerra do Iraque, enviando seus emissários, dois cardeais, a dialogar com Sadam Hussein e George Bush.

A paz não é apenas, como dizia o antigo adágio latino: *si vis pacem, para bellum*, “se queres a paz, prepara a guerra”, arme-se, esteja pronto para defender-se.

A paz é o desenvolvimento da humanidade, mas um desenvolvimento espiritual, ético, moral, filosófico e material.

Infelizmente, apenas interesses políticos, econômicos e financeiros, imperam nas grandes potências mundiais, dominando as nações menores, pobres, escravizando milhões de seres humanos, reduzindo-os à miséria, desrespeitando a dignidade humana, a soberania das nações.

Deus não criou os homens e mulheres para viverem na miséria, sem alimentação suficiente e sadia, moradia, educação nas escolas, trabalho para todos com salários justos e saúde, tendo possibilidades de terem médicos, hospitais e remédios, quando enfermos.

É com a paz que se evitam as violências com roubos, assaltos, seqüestros e assassinatos.

Na noite de Natal, na gruta, ao nascer Jesus, os anjos cantaram: “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade” (Lc. 2,14).

Cristo, após a ressurreição, no domingo de Páscoa, diz aos apóstolos: “a paz esteja convosco. Vós sereis minhas testemunhas da paz, em Jerusalém, na Judéia, na Samaria” (Lc. 24, 36 e 48).

O Papa da Família - João Paulo II é o pontífice da família. Foi ele que instituiu as jornadas mundiais da família.

Na segunda Jornada Mundial da Família no Rio de Janeiro, de 04 a 05 de outubro de 1997, exaltou a família, a primeira célula da sociedade. O matrimônio instituído por Deus corresponde às exigências naturais, intrínsecas do homem e da mulher. As características essenciais do matrimônio entre homem e mulher são o amor indissolúvel, o que Deus uniu, não separe o homem (Mt. 19,6), a fidelidade, geradora da felicidade e a fecundidade. Os filhos são o dom preciosíssimo do casal (*Familiaris Consortio*).

O Papa da Juventude - Institui as Jornadas Mundiais da Juventude.

No ano passado, esteve em Toronto, Canadá, apesar de sua saúde precária, para levar uma mensagem de alegria, esperança e paz a milhares de jovens de todo o mundo.

Ainda, domingo, de sua janela, dirigindo-se à multidão reunida na Praça de São Pedro, saudou os jovens para dizer-lhes: “desde o primeiro Angelus, em 1978, vós sois o futuro do mundo, a esperança da Igreja, minha

esperança”. A resposta dos jovens foi alentadora. Por isso, quero dar graças a Deus. Dou graças, Senhor, porque estive sempre ao lado dos jovens em meu pontificado e souberam contar comigo”.

Hoje, no Brasil, é o Dia do Professor. O Papa João Paulo II é o grande mestre para toda a humanidade, contribuindo com seu testemunho para a paz, a família e a juventude”.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

É com a máxima satisfação que concedo a palavra ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, secretário-chefe da Casa Civil, representando o Exmo. Sr. governador Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Exmo. Sr. deputado Stica, presidente neste ato, da Assembléia Legislativa: Revmo. Dom Pedro Fedalto, em nome dos quais saúdo a todos os componentes da Mesa; gostaria de cumprimentar todos os deputados presentes; autoridades civis e religiosas que aqui compareceram. Permitam-me, até pela ausência no próximo momento da Assembléia, quando ela estará realizando uma Sessão Ordinária e, possivelmente, aqui não estaremos, cumprimentar também essa valorosa categoria dos servidores públicos, que são os nossos professores e funcionários da educação, que aqui estão presentes; meus senhores e minhas senhoras.

O Poder Legislativo, casa suprapartidária e composta de parlamentares das mais variadas religiões, por unanimidade e com muito entusiasmo aprovaram o requerimento do deputado Rafael Greca de Macedo, para esta homenagem ao nosso Papa João Paulo II.

Nesta Sessão Solene, eu acredito que com o brilhantismo que lhe é costumeiro, o deputado Rafael Greca, indicado por esta Casa para a saudação oficial, o fez em nome do Legislativo. Seguramente, o fez também em nome do Executivo. Tenho certeza que o Poder Judiciário sente-se da mesma forma representado, pelo pronunciamento do nobre parlamentar, que acima de tudo fez com o coração uma homenagem do povo do Paraná, a tão alta autoridade eclesiástica e que tanto o curitibano e o paranaense ama e estima.

Dom Pedro Fedalto, dias atrás o mundo escolheu o Prêmio Nobel da Paz e muitos de nós nos perguntamos - por que não o Papa João Paulo II? Eu diria, Dom Pedro Fedalto, que não, porque é mais do que um Prêmio Nobel da Paz, é a própria paz, é o símbolo da paz a figura do Papa que, no mundo inteiro, com os maiores governantes mundiais, com os representantes das maiores Igrejas do mundo, sempre teve uma preocupação: a paz, os direitos humanos e o fortalecimento dos seres no entrelaçamento dos povos.

Por isso eu digo que, por suas ações, muitas bocas tiveram pão, muitos povos tiveram justiça e muitos corações tiveram paz.

Eu só quero, em nome do governo do Paraná, dizer a Dom Pedro Fedalto, que é a maior autoridade religiosa nesta Sessão, que receba, em nome do governo, a nossa homenagem a esta data tão querida para a humanidade e que leve V. Exa. Revma. a nossa saudação, o nosso respeito, transmitindo a todos os católicos e os cristãos do Paraná e do Brasil e, seguramente, do Brasil também, a saudação para ao mundo.

Muito obrigado.

(Aplausos)

(Coral Paraná faz apresentação)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Queremos passar às mãos de S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto, a medalha do sesquicentenário do Paraná.

(Aplausos)

Gostaríamos também de passar às mãos de Dom Pedro Fedalto para que proceda a entrega ao papa João Paulo II, da medalha do sesquicentenário. Também entregar ao padre Benedikt a medalha dos 150 anos do Paraná.

(Aplausos)

Esta Presidência agradece a presença de todos que aqui compareceram para esta homenagem do povo paranaense a Sua Santidade o Papa João Paulo II, pelos seus 25 anos de pontificado, pelo seu jubileu de coroação.

Suspendo a Sessão por 5 minutos para que possamos nos despedir das autoridades aqui presentes.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Aplausos)

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está reaberta a Sessão.

Gostaria de agradecer a presença em nosso Plenário, do secretário da Educação, senhor Romanelli.

Está com a palavra o professor José Lemos.

O SR. JOSÉ LEMOS

Quero mais uma vez, em nome dos professores e dos funcionários de escolas de todo o Estado do Paraná, neste dia 15, Dia do Educador, cumprimentar o presidente da Assembléia, Natálio Stica, cumprimentar os demais deputados e deputadas e todos os presentes na Sessão de hoje. Cumprimentar por este espaço que sempre foi franqueado, aqui, na Assembléia para os educadores do nosso Estado do Paraná.

Quero também somar aos que me antecederam, aqui, e em nome dos educadores prestar a homenagem ao Papa, que por certo é um grande educador do mundo, é o seguidor de Cristo, o grande educador dos cristãos. Portanto nossa homenagem.

Nós decidimos vir à Sessão de hoje neste dia 15 de outubro, Dia do Professor, trazer aqui as nossas preocupações e pedir aos nossos nobres deputados do Estado do Paraná que nos ajudem a encontrar soluções para as reivindicações que aqui trazemos.

Na entrada do plenário encontramos o secretário da Educação, que nos entregou um projeto de lei que nas próximas horas chegará a esta Casa, - segundo ele para ser votado. Esse projeto vai repor as eleições democráticas nas escolas públicas.

E a eleição está marcada para o dia 28 de novembro, em todas as escolas do Estado do Paraná. Também me entregou o secretário da Educação um projeto de lei que trata da carreira dos educadores do Paraná, projeto esse que será debatido nos próximos dias. E, na segunda-feira da próxima semana, às 15 horas, temos audiência marcada com o governo para fecharmos a proposta que será encaminhada, nos próximos dias para esta Casa e que queremos a aprovação urgente, para colocar em prática - ainda este ano, o novo plano de carreira. Aliás, o primeiro plano de carreira para os educadores do Paraná, porque nós precisamos atualizar a nossa carreira e escrever uma nova tabela de vencimentos, porque a que temos hoje é humilhante.

Um piso inicial de duzentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos, não estimula ninguém. Portanto, é necessário corrigir o nosso salário, corrigindo a defasagem acumulada nos últimos oito anos e equiparar o salário dos educadores, tanto professores, quanto funcionários de escola - da ativa e aposentados, aos salários percebidos por servidores do Estado lotados em outras Secretarias, que têm a mesma carga horária e o mesmo grau de instrução. Não podemos continuar recebendo menos da metade do salário dos demais servidores do Estado que têm a mesma graduação e têm, também, tarefa tão importante quanto a nossa que cuidamos de mais de um milhão e meio de alunos no Estado do Paraná.

Portanto, nós, educadores, temos convicção de que temos vocação, sim, mas não somos missionários, não podemos exercer essa tarefa tão nobre como missionários! Precisamos de remuneração digna, para viver com dignidade. No passado, nossos educadores tinham condição de editar o seu próprio livro, de publicar. Hoje não temos condição de assinar sequer um jornal diário para nos mantermos atualizados, ou seja, o salário do educador incide diretamente na qualidade da escola pública, com certeza, absoluta.

Nós também queremos que esta Casa, que faz leis importantes e que já fez várias delas para a educação do nosso Estado, nos ajude a fazer com que a lei seja observada. Temos leis que deixaram de ser observadas no final

do governo passado e que neste governo ainda não conseguimos recolocar em funcionamento.

Por exemplo: o artigo 75 da Lei Complementar nº 7 que é o Estatuto do Magistério de 76, aprovado por unanimidade nesta Casa. É preciso voltar a vigorar, porque o professor do ensino especial precisa contar, na aposentadoria, a gratificação que ele percebe, porque senão, quando aposenta, reduz em 50% os seus vencimentos, perdendo então o salário da aposentadoria. Isso é recepcionado pela legislação vigente e precisa ser aplicado no Estado novamente.

Nós queremos, também, o retorno da aplicação da Lei Complementar nº 034/86, esta está prejudicando 14 mil professores do Estado, que têm aulas extraordinárias e, portanto, sempre contribuíram para a previdência, com as aulas extraordinárias e sempre contaram a média dessas aulas para a aposentadoria. Hoje não contam mais, por uma Resolução de 2001, suspensa no final do ano passado, por esta Assembléia, por unanimidade por um decreto legislativo que ainda não voltou a vigorar. Nós queremos contribuir para a Previdência e, depois, contar na nossa aposentadoria esse tempo laborado em tempo complementar, que são as aulas extraordinárias.

Queremos o retorno e o cumprimento da Lei Complementar nº 032/86, e Lei 037/87. Essas duas leis tratam do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, criado por esta Casa, com a aprovação unânime, aplicado até pouco tempo e que no final do governo passado deixou-se de se observar. A contribuição dobrada, nós queremos que haja então contagem também em dobro na hora de se aposentar.

Isso configura o enriquecimento ilícito por parte do Fundo de Previdência que recolhe contribuição duplicada e não conta, como a lei determina, dobrado na aposentadoria o PCCCH - Parcela Complementar de Carga Horária.

Nós também queremos o cumprimento da Lei Complementar de 77, do seu artigo 3º. Em 96, no dia 25 de abril de 96, que garante a ascensão para o nível PG-7 ao professor portador de Diploma de Licenciatura Plena, e portador também de Diploma de Pós-graduação, seja em nível de especialização, mestrado ou doutorado, para o nível 7. Essa lei precisa ser observada porque a Resolução nº 100/98 extrapolou essa lei mudando as regras para chegar no nível 7, já foi suspensa por esta Casa por unanimidade, no dia 02 de dezembro de 2002.

Portanto, essa lei precisa ser aplicada como ela está escrita, porque essas não foram revogadas por esta Casa, não foram questionadas na Justiça, nenhuma Corte está examinando-as para torná-las inconstitucionais e, elas são recepcionadas pela Constituição Federal e Estadual e, portanto, nós queremos a contribuição, o apoio dos nobres deputados, para que o Executivo, através do secretário da Administração, faça cumprir leis aprovadas por esta Casa, que não fica aprovando leis para que o Executivo não a execute!

Queremos também, que o governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda disponibilize a documenta-

ção necessária todos os meses, conforme a Lei nº 9424 determina, que instituiu o Fundef, para que a gente possa lá no Conselho do Fundef, todos os meses estar avaliando a aplicação dos recursos do Fundef, porque nós constatamos, mesmo com a documentação pequena que recebemos da Fazenda, que não está sendo aplicado apenas no Ensino Fundamental os recursos do Fundef. Está sendo aplicado em outras modalidades do ensino e em outros níveis de ensino. Isso está contrariando a lei nacional, e também não está contemplando o mínimo de 60% de aplicação no salário do professor do Ensino Fundamental. É por isso que está sobrando mais de 120 milhões, nas contas do Fundef, no Banco do Brasil no mês de setembro.

Portanto, nós precisamos fazer aplicar de forma inteira essa lei, para que os professores do Paraná tenham paz. Nós também queremos o cumprimento da Constituição Federal, Estadual e da LDB, que determina a aplicação de pelo menos 25% das receitas correntes decorrentes de impostos. Isso não está acontecendo. Não aconteceu em 2000, 2001, 2002 e nós queremos que ela aconteça em 2003, porque há um compromisso do governador e não queremos fechar o ano de 2003 com apenas 22% do investimento em Educação.

Esses 22% apurados pela Secretaria da Fazenda demonstrados aí nessa mesa, pelo secretário da Fazenda, tanto o 1º quadrimestre e o 2º quadrimestres de 2003, a média de aplicação na Educação, incluindo o Ensino Superior, foi 22%.

Nós queremos o pronto atendimento da aplicação de pelo menos 25% na Educação Básica, porque é isso que preconiza a Constituição Federal e é isso que também está chamando a atenção desta Assembléia e do governador, o Tribunal de Contas, através de seus pareceres. Portanto, com os 25% para a Educação Básica, teremos salários justos, teremos escolas para todos e teremos educação de qualidade em nosso Estado.

Conclamo a todos os deputados para nos ajudar. E convido aqueles que puderem, hoje às 17h00 acompanhar a direção da APP numa reunião com o deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, no Palácio Iguazu, onde trataremos de vários pontos, das leis estaduais e nacionais que não estão sendo observadas pelo Estado. Queremos que o Estado passe a observá-las.

Mais uma vez, em nome de todos os educadores do Paraná, somos mais de 120 mil, 60% dos servidores do Estado do Paraná, agradecemos esse espaço.

Colocamo-nos à disposição de todos os deputados para esclarecimentos naquilo que pudermos esclarecer.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Presidência pede ao professor José Lemos que permaneça na tribuna, porque temos deputados inscritos para perguntas.

Queremos dizer que nós, da Assembléia Legislativa, já recebemos a APP e, continuaremos dando o total apoio. E esperamos que a mensagem que vem do senhor governador seja uma mensagem que traga, pelo menos, o resgate da parte salarial, econômica e da parte de justiça que tem que ser feita para os educadores do Estado do Paraná.

O SR. TADEU VENERI

Gostaria de cumprimentar o professor José Lemos, em nome da Comissão de Educação. E lembrar que, hoje que é o “Dia do Professor” já esperávamos poder ter aprovado, não só o projeto que diz respeito à eleição direta aos diretores das escolas, mas principalmente ao PCCV. Foi um compromisso assumido e que hoje está sendo entregue ao senhor. Esperamos que contemple as aspirações dos professores do Paraná.

É sabido que, quando houve audiência pública aqui no semestre passado, já havia o entendimento que o PCCV viria até agosto. Tivemos esta data estendida para setembro. Está chegando hoje, dia 15 de outubro, e esperamos poder votá-lo até final de outubro.

Além desses dois pontos, quais são os outros, porque sei que há questão do concurso público que foi feito, mas que os professores até agora não assumiram.

Quais são os outros pontos que hoje a APP-Sindicato tem reivindicado junto ao governo do Estado?

No mais, parabéns pela sua presença aqui. E pode ter certeza que este projeto terá, dentro do seu espaço e do seu tempo, a aprovação devida.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS

Gostaria de saudar o professor José Lemos, nosso companheiro, saudar todas as professoras e professores, que, não só tem hoje o seu dia de comemoração, mas também o seu dia de luta.

Queria corroborar com as informações que traz o Lemos. De fato, precisamos, agora que vamos votar o orçamento, aprimorar o sistema de acompanhamento orçamentário. Temos em fundos em saldo de caixa, mais de 1 bilhão de reais do governo. Mais de 1 bilhão de reais, dentre os quais a conta do Fundef, que passa de cento e onze milhões, eu não sei a informação que o Lemos colocou exatamente, mas nós entendemos, solicitamos ontem ao Governo as informações para saber o motivo pelo qual nós temos um recurso dessa monta em caixa no Governo.

Não é só o Fundef que tem recurso, a Fundepar também, o salário-educação também, mais de cem milhões em caixa e, portanto, precisaríamos, além das informações solicitadas, estarmos nós, deputados, independentemente de Oposição ou Situação, cobrando efetivamente do governo o cumprimento daqueles compromissos assumidos em negociação com a categoria. Como eu disse, ninguém é obrigado a combinar, diz a velha política, mas combinado, é importante que esse PCCS representa aspiração da categoria.

Esse deputado, a Bancada do PT, a Bancada dos deputados que estão atentos aos procedimentos e acreditam na independência de poderes, que é fundamental para estar cobrando do Governo, do Executivo a atenção à educação na questão salarial, nas condições de trabalho e, fundamentalmente, na valorização da carreira.

Parabéns a todos os professores do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, caro presidente da APP, professor José Lemos, senhores professores, senhores funcionários da Educação.

É com muita alegria que nós queremos registrar este dia tão importante que é o Dia do Professor em nível de Brasil. Professor tão sofrido, tão esquecido, tão abandonado e que, felizmente, pelo menos hoje é lembrado, pelo menos no seu dia é lembrado e recebe os cumprimentos de todos os paranaenses e brasileiros.

Professor que, na verdade, vem a ser um segundo pai dos nossos filhos nas escolas, que trabalha muitas vezes na sua casa corrigindo provas, preparando aulas e não recebe por isso. Mas, sem dúvida nenhuma, isso faz parte de uma missão que cada professor tem e cumpre desde o começo da sua carreira até o final.

Senhor presidente, senhores deputados, caro professor José Lemos.

Algumas coisas nos preocuparam no seu pronunciamento aqui.

V. Exa. pela segunda vez vem à Assembléia e traz aqui uma denúncia muito preocupante no dia dos professores e no dia da educação. V. Exa. diz que o Estado do Paraná não está cumprindo com o que deve com relação ao Fundef, não está sendo transparente e não está repassando o que deveria repassar em nível de Fundef, dinheiro que vem carimbado de Brasília e que se junta com dinheiro oriundo das finanças do Estado do Paraná. Isso é gravíssimo, senhor presidente!

O principal papel desta Assembléia Legislativa é de fiscalizar o Executivo, e dessa tribuna onde está o presidente da APP, S. Exa. o governador do Estado, disse aqui: "Senhores deputados não me deixem errar!" Aqui estamos vendo neste momento, um líder dos professores do Paraná, a maior autoridade sindicalista dos professores, dizendo que o Estado não cumpre a sua parte no que se refere a verbas carimbadas as verbas que devem ser incluídas no orçamento do Fundef do Estado do Paraná.

Isso é gravíssimo e nós precisamos, independente, deputado André Vargas, de condição partidária, fiscalizar e exigir que o conselho do Fundef se manifeste imediatamente e mostre a esta Casa quanto é que se está gastando com educação no Estado do Paraná e as verbas oriundas de Brasília que juntam-se com as verbas que são do orçamento do Estado.

Que se registre nesta Casa, senhor presidente, senhores líderes do Governo, que o professor presidente da APP declarou a esta Sessão, à qual requeiro já as notas taquigráficas desta tarde, que algo errado está se fazendo no Estado do Paraná. Como o nosso governador é um governador que não gosta de errar, que conserte imediatamente o erro e resolva esse problema envolvendo o Fundef do Estado do Paraná.

Gostaria também de perguntar ao professor José Lemos sobre os compromissos de campanha. Lembro-me que no auge da campanha eleitoral a APP - Sindicato reuniu todos os candidatos a governador onde foram assumidos compromissos públicos e espalhados pelo Estado do Paraná.

Eu queria que o nosso presidente dissesse a este Plenário, à imprensa e a todos nós o que foi cumprido desde lá até aqui. Se foi cumprido aquilo que se assumiu diante do Paraná e que os professores, que foram os maiores cabos eleitorais do atual governo, estão sendo recompensados com aqueles compromissos que foram assumidos pelo governador.

Então, gostaria que o professor nos dissesse o que está sendo cumprido e o que não está sendo cumprido, e se as eleições marcadas para o final deste ano são a contento da APP.

E, para finalizar, volto mais uma vez deputado Anibelli, líder do PMD, nesta Casa, o que acaba de dizer o professor Lemos aqui é gravíssimo. Trata-se de recurso da educação que não está sendo aplicado e isso lá na frente sobra um monte de confusão para o governador.

E encerrando, quero dizer aos professores aqui, principalmente da região que represento, Ponta Grossa e os Campos Gerais, que em momento nenhum votarei contra os interesses dos professores nesta Casa e aquilo que determinar a APP, professor, pode ter certeza estarei brigando aqui ao lado dos professores porque esse foi o compromisso assumido por este deputado na campanha: que jamais votaria contra os interesses dos professores do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra, deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Quero cumprimentar ao Lemos, presidente da APP - Sindicato, a todos os professores e profissionais da educação que estão aqui presentes neste evento. E dizer ao Lemos e aos professores que com certeza esta homenagem que tivemos agora há pouco ao Papa, faria jus à categoria dos professores uma homenagem maior ainda do que essa que foi feita ao Papa. A importância que têm os professores e a educação neste país...

Não se arruma a economia de um país com pacote econômico, mas sim através da educação. E, para que possamos ter uma educação de qualidade, é preciso que os

profissionais tenham um salário condizente com a necessidade e a importância que tem a educação para este país.

Sabemos que o esforço que o governador Roberto Requião tem feito no sentido de acertar a Casa, de colocar em dia os compromissos, principalmente na questão que se refere aos professores, a questão do abono foi um paliativo, que não é o suficiente para que possamos fazer com que o professor possa trabalhar de maneira animada, de maneira a estar acreditando na sua carreira e saber que mais tarde possa ter uma aposentadoria digna, para que possa ter uma vida digna. Quero dizer ao Lemos que me coloco como solidário nessa luta e aqui na Assembleia estaremos sempre votando a favor do projeto dos professores, dos profissionais da educação, que é votar a favor do nosso país, da economia do nosso país, do crescimento, da educação, da paz que este país precisa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador, deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Professor José Lemos, estimados professores e funcionários de escolas que aí estão, quero dizer que tenho conversado com o governador Roberto Requião sobre a questão da educação.

O deputado Tadeu Veneri e os outros membros da Comissão de Educação e eu, meu caro deputado Jocelito Canto, não acredito que haja qualquer intenção de terminar o ano sem aplicação constitucional correta dos recursos do Fundef no Paraná, integralmente, na educação. O governador mantém a melhor e mais serena intenção com relação ao cumprimento das suas obrigações constitucionais e o mais zeloso respeito pelos seus compromissos de campanha. O governador acha que o combinado não custa caro e quer fazer bem feito aquilo que em tempo de campanha selou com a categoria dos professores e dos profissionais de Educação! Se ainda não o fez com a velocidade que se esperava, pode ter sido porque não encontrou condições fiscais favoráveis para fazê-lo, mas, tenho certeza que, com serenidade, há de fazê-lo a tempo e à hora!

A mensagem esperada pela categoria está chegando na Assembleia, hoje mesmo, e nós vamos discuti-la e aperfeiçoá-la, se for necessário, e acho que a reunião de hoje, pelo fato de ser louvado o magistério do Papa, foi uma reunião de louvor ao magistério. Então, vale sempre o princípio socrático: as sociedades não precisam ser governadas; precisam ser educadas.

Portanto, parabéns, professor!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente e senhores deputados, professor José Lemos, a quem cumprimento e parabeno neste dia tão importante, o Dia do Professor.

Esta é uma classe que merece realmente o maior respeito, pela importância que tem no contexto dos servidores do Estado, que são aqueles que na verdade educam os nossos filhos. Quero também dizer da grandeza que tem esse debate e posso lhe assegurar, professor, que nesta Casa, com certeza, todos os deputados irão fazer aqui esforços para contemplar e atender aos interesses tão importantes dos nosso educadores.

Nós sabemos da dificuldade que estão passando, da defasagem por que passam hoje e que assola, não apenas os professores, mas tenho certeza que a maioria da categoria dos servidores públicos, mas, em função da grandiosidade que tem o ensino, porque não há nenhum País que possa crescer com dignidade se não tiver um ensino à altura, e eu sempre tenho dito que em educação não se gasta: investe-se, porque é através da educação que poderemos ter o país que nós queremos.

Mas, quero dizer aqui que este governo, professor, ainda não cumpriu muitas coisas, e respondendo ao deputado Jocelito Canto e também ao meu amigo e querido deputado André Vargas, que nem o governo federal do PT também não cumpriu com todos os seus compromissos e eu sei que ele quer cumprir, porque é um governo sério.

Mas, existem dificuldades e nós, principalmente do nosso Partido, o PMDB, temos discutido com o nosso secretário da Assembleia, o Nereu Moura, e com o Anibelli, que é o nosso líder, quase que diariamente e principalmente em dar a dignidade aos servidores públicos do Paraná. E eu dizia para o governador, antes de iniciarmos a campanha, ainda quando se discutia em ser ou não candidato ao governo do Estado e eu lhe dizia: Requião, a maior obra que você terá que fazer neste governo é trazer a dignidade, a reposição e o respeito que merecem os nossos servidores. Esta é a principal obra e tenho certeza que o Requião vai cumprir isso! As dificuldades são imensas, em função do desastre que aconteceu no Paraná por oito anos do governador Jaime Lerner, principalmente no que tange aos servidores públicos e tenho certeza, professor José Lemos, que a categoria, embora tenha esperado com muita paciência, mas entenda a dificuldade que o governo tem. Mas, eu tenho certeza que ele irá cumprir, se Deus quiser, essa expectativa dos nossos servidores, porque se assim não o fizer seria também um desastre como foi o governo passado. Não há governo que possa sustentar, fazer um bom governo, se não estiver realmente atendendo aos seus servidores, porque são eles que fazem a grandeza de um governo.

Então, quero parabenizar, dizer que estaremos ao seu lado, mas é esse governo que eu defendi e defendo enquanto eu entender que será sério como está sendo, vai realmente atender a essa categoria, como eu tenho dito, o mais importante segmento dos servidores do Estado, que é a educação.

Fui prefeito por dois mandatos na minha cidade de Foz do Iguaçu e foi onde eu dividi a maior atenção. No meu município os professores têm o salário mais alto do

Paraná ou do Brasil. Por isso, temos um ensino de primeira qualidade em Foz do Iguaçu, e eu posso falar isso, porque em dois mandatos lá eu fui prefeito, e atendi de forma correta e honesta aos nossos servidores.

Reconheço também a dificuldade que esse governo tem, porque pegou este Paraná arrebitado, desmoralizado, mas graças a Deus estamos colocando isso em dia. E você tenha a certeza, José Lemos, que estaremos ao seu lado nas reivindicações que eu acho justas. Agora, repito, o Governo Federal também tem intenção de fazer, de atender aos servidores e encontra dificuldades seriíssimas e nós já estamos ouvindo aí as reclamações pelo Brasil afora. Mas, o Requião, como o governo federal, vai colocar isso em prioridade, que é o salário dos nossos servidores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador, deputado Elio Rusch.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas gostaria que V. Exa. me inscrevesse aí.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está inscrito.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, meu caro presidente da APP-Sindicato do Paraná, José Lemos, nossos professores, funcionários da área da educação do nosso Estado.

Ouvia a sua explanação e acompanho há muito tempo a reivindicação da APP-Sindicato, desde o PCCS e agora PCCV, e a reivindicação que os professores e o magistério trazem é justa. Tenho certeza que este Governo que foi eleito no ano passado e assumiu este ano, haverá de atender a reivindicação da APP-Sindicato. Nós tivemos a presença, hoje, do chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, que foi um árduo defensor dos professores e de todos os trabalhadores da educação no Estado do Paraná, quando deputado. Agora, como secretário e como chefe da Casa Civil, tenho certeza que ele vai fazer com que a reivindicação da APP-Sindicato possa ser atendida.

O presidente da APP-Sindicato nos traz um número. Nós também temos um número, porque foi o secretário da Fazenda, Heron Arzua, quando esteve aqui por duas oportunidades este ano, desenvolvendo e apresentando para a Assembléia Legislativa o desempenho dos oito meses, tanto na questão financeira do Estado do Paraná, nas outras áreas todas.

Não são minhas as palavras. Está escrito aqui e que foi apresentado pelo secretário Heron Arzua, e é um número importante para o senhor, como presidente da APP, ter também, porque não confere muitas vezes aquilo que os próprios deputados dizem e o que o próprio governo diz.

Só para se ter uma idéia, senhor Lemos, de janeiro a agosto do ano passado, de 2002, a receita, com ICMS no Estado do Paraná, foi de três bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões. Este ano, de janeiro a agosto a receita de ICMS foi de quatro bilhões, trezentos e quarenta e um milhões, um incremento de quase 25% só do ICMS.

Então, a receita do Estado do Paraná se comportou muito bem, e quando o secretário esteve aqui, meu caro presidente da APP, também o questionamos sobre um outro quadro, que foi apresentado pelo próprio governo do Estado, sobre o ativo disponível do Estado, que foi levantado aqui também pelo próprio deputado André Vargas, que o Estado dispõe hoje um bilhão e quinhentos e dez milhões de reais, em caixa, ou seja, fins de agosto, isto no Tesouro, em contas vinculadas ou não em contas vinculadas!

Não sou um especialista e sabemos que a questão da educação requer uma especialização, para que possamos discuti-la e me sinto em condições de discutir a questão da educação. mas estou preocupado com o Fundef também, porque fui informado - não sei se tenho ou não razão -, que caso o governo do Estado não consiga aplicar esses recursos do Fundef, o Paraná está sujeito a devolver os recursos para o governo federal. Tínhamos em agosto 111 milhões de reais, deputadas e deputados aqui da Assembléia Legislativa.

E, muito bem lembrado também pelo nosso presidente, o governo não cumpre. Se o passado não cumpriu, por que esse aqui não cumpre? Alguém tem de cumprir a sua parte! Dizer que a situação econômica do Estado do Paraná não é confortável, não é bem isso que o secretário da Fazenda tem mostrado. Tenho os números aqui e se V. Exa. quiser depois, posso xerocar e dar um relatório completo, não feito por mim, mas feito pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e que foi discutida, aqui, pela Assembléia Legislativa.

Pode contar conosco. Continue na vossa luta, que é justa e por merecimento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Meu caro amigo José Lemos, quero cumprimentá-lo e extensivamente a todas as professoras e professores do Estado do Paraná, por estarmos hoje vivenciando o Dia do Professor. Cumprimentar pelo discurso, aqui, nesta Casa e acrescentar algumas informações.

O senhor, na introdução do seu pronunciamento, relacionou algumas conquistas, que eram perseguidas há muitos anos pelos professores do Paraná. Junto com o senhor, as professoras e professores, nós vivenciamos oito anos de sacrilégio neste Estado, ao magistério paraense. Achatamento salarial, oito anos sem reposição

salarial. Eleições para diretores viciadas, onde o chefe do núcleo tinha peso quase de 50% na eleição do diretor da escola. nenhum contato entre o governo, os professores e a APP-Sindicato. Isso tudo mudou.

Hoje, o senhor acabou de reler aí uma proposta consensual de eleição, dos novos diretores de escolas do Paraná, onde a APP-Sindicato e os professores participaram ativamente na elaboração das regras, o que mostra por si só a mudança de metodologia desse governo. O Paraná hoje tem um governo que respeita a educação, que respeita os professores. Além disso o PCCV, que aqui também o senhor recebeu uma proposta, que demandou inúmeras reuniões e debates, para que pudéssemos ter essa minuta e que a APP está recebendo, para discutir com o governo, o que demonstra que este quer a conversa, estabelecer esse diálogo que sempre estabeleceu com os professores - governo atual do Paraná. No governo anterior essas conversas eram impossíveis. Os professores não tinham sequer a possibilidade de participar de qualquer debate.

Além disso, o senhor, como presidente da APP-Sindicato sabe e participou de outras conquistas, que os professores tiveram nesse período de governo, em dez meses do governo Roberto Requião. É lógico que gostaríamos de ter muito mais, mas o senhor sabe, meu caro presidente, o senhor é profundo conhecedor da situação lamentável como o governador Requião assumiu o Estado do Paraná, as finanças esbugalhadas, uma situação de total penúria. E se hoje nós estamos podendo discutir o PCCV dos professores, é porque existe rigor na administração pública do Estado do Paraná, é porque não existe corrupção, é porque existe seriedade, é porque existe firmeza de um governo que quer acertar, que quer fazer as coisas corretas.

Então, meu caro presidente, esse diálogo que o senhor, em nome da APP, em nome dos professores e professoras têm com o governo, é fantástico, e deve ser alimentado para que ele continue sempre o diálogo proveitoso, para que nós possamos no ano que vem, ter mais e mais motivos de comemorações, para que os professores e professoras tenham a reposição salarial, tenham, enfim, outras conquistas que fazem parte do plano de luta do magistério paranaense e dos funcionários que trabalham na escola pública do nosso Estado.

Mas o senhor sabe o os professores e professoras sabem o compromisso do governo Requião de melhorar a educação, de fazer com que a educação do nosso Estado seja modelo para este país, e este objetivo vai ser perseguido com unhas e dentes. O governador Requião, o secretário de Estado da Educação têm, sim, feito um trabalho firme e decidido para melhorar a educação do nosso Estado, e neste caminho é evidente que nós precisamos, o governo do Paraná precisa do apoio da Assembléia Legislativa e sobretudo da APP-Sindicato, para que ela seja a legítima representante dos professores e das professoras discutindo as questões do Estado do Paraná que

envolvam a educação pública de qualidade que todos nós queremos.

Por isso nós queremos, sim, homenagear, sem conversa fiada, sem demagogia, reconhecendo o esforço do governo do Estado de propiciar uma educação de qualidade, de propiciar melhorias e avanços para o magistério do Paraná e a luta dos professores vem, sim, somar conosco. A manifestação dos professores ajuda, sim, a melhorar e avançar, porque se não houver manifesto, se não houver luta, se não houver briga não se chega a lugar nenhum.

Parabéns pela luta e contem conosco, mas com a certeza que este governo vai caminhar junto, para que nós possamos ter uma educação de qualidade, com conquistas e a melhor educação pública do Brasil.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, professor José Lemos, ao cumprimentá-lo quero parabenizar toda a classe dos professores no seu dia e dizer que hoje estou na liderança do PT, que o nosso líder não está presente, e quero dizer que a Bancada do PT fará todos os esforços, para fazermos os avanços possíveis para a categoria dos professores.

Vamos nos empenhar intensivamente para que o Plano de Cargos e Salários dos professores do Paraná seja o justo e que contemple a visão da qualificação do professor e da valorização do professor. Neste sentido nos empenharemos nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Último orador inscrito, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, a nossa saudação aos professores e professoras, à APP.

Quero apenas utilizar um minuto deste tempo, senhor presidente, para render as nossas homenagens a todos os professores e professoras do Paraná, à APP, e dizer da nossa vontade de poder colaborar em tudo aquilo que for importante para os nossos professores diante da proposta que será encaminhada pelo governador.

E, por uma questão de justiça, pelo menos pessoalmente faço uma referência ao esforço, ao carinho e à sensibilidade que tem o secretário Maurício Requião para com a Educação do Paraná.

Eu considero o Maurício uma pessoa extraordinária, que com a sua sensibilidade, com a sua seriedade tem conduzido com muito carinho, a Educação do Paraná. E eu tenho certeza absoluta que o governador Requião, homem sensível, determinado, pessoa que tem uma liga-

ção profunda com nossos professores vai fazer um esforço bastante grande para que aquilo que possa ser feito, no sentido de resgatar a dignidade dos nossos professores seja feito no Paraná, principalmente na questão salarial, haja vista a defasagem em que nossos professores se encontram.

Um abraço à APP e aos nossos professores que honrosamente nos visitam na data de hoje.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próxima oradora inscrita, deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria, neste momento, senhor presidente da APP, nosso companheiro José Lemos, dizer que não há paixão que resista ao desrespeito.

A categoria de professores brasileiros, que são mais de 2 milhões e 500 mil, no Paraná 150 mil professores, professoras e trabalhadores da área da Educação vêm sofrendo durante décadas e sistematicamente o desrespeito o adiar de decisões, a falta de compromisso, a ausência de propostas e política que possa vir, de fato, garantir a dignidade aos professores e aos trabalhadores na área da Educação.

Coloco isso com muita serenidade porque também sou professora e tenho participado, em Londrina, na nossa região, de ações, mobilizações, greves e participação na luta incontestável, sistemática, dessa categoria, para que seus direitos sejam respeitados.

Nós fazemos essa lembrança no sentido de dizer que infelizmente ou felizmente a categoria dos professores, trabalhadores de um modo geral no Brasil não vivem apenas de promessas e dos recursos. Todos os professores e trabalhadores da Educação precisam, tanto quanto qualquer outra categoria, pagar as suas dívidas, pagar a conta da água, da luz, o armazém, o gás, o aluguel e vivem, na grande maioria, humilhados cotidianamente, porque não conseguem, apesar da importância do seu papel na formação de cidadãos e na alteração de quebra de paradigma desse modelo de exclusão que nós vivemos, essa categoria, responsável pela formação de homens e mulheres têm enfrentado essa questão, no nosso País.

Agora é preciso também que se diga e que se tenha a serenidade e tranquilidade para separar as coisas. E vejo, às vezes, e com muita tristeza, em alguns momentos, o nosso governo ser comparado com o governo anterior. Aí não dá!

Não dá, porque apesar de não estarmos vivendo a situação ideal, apesar de termos as nossas demandas reprimidas, apesar de não termos conseguido ainda o que de fato a categoria dos professores merece, nós não podemos desprezar e fingir que não estamos vendo o esforço concentrado deste Governo, através da Secretaria de Educação que tem o senhor como mais importante interlocu-

tor nas discussões, nos debates, nas mesas de negociação. Nós não podemos dizer que o governador Roberto Requião esteja se comportando com o mesmo descaso com que a Educação foi tratada nos oito anos do governo anterior! Isso não se traduz em realidade.

O governo tem sim feito um esforço, e todos nós sabemos, e aqui talvez sejamos repetitivos, a herança maldita que recebemos. Inclusive tem pessoas que não gostam desse termo, mas é maldita, sim. Os investimentos públicos desse Estado foram deixados de aplicar com decência nas áreas prioritárias. Foram, equivocadamente, gastos numa inversão de valores, que todos os professores e professoras e trabalhadores na área de Educação sabem do que eu estou falando.

Não adianta fazer Faxinal do Céu e não sei o quê, quando na verdade foi transformado a vida dos professores numa verdadeiro inferno neste Estado do Paraná. É preciso que a gente reverta isso!

O governador tem feito um esforço desta natureza e esta Casa, os deputados e deputadas são parceiros e continuarão sendo parceiros desta categoria e das demais categorias de trabalhadores deste Estado que foram desrespeitadas e que passaram por situações constrangedoras durante oito anos de Governo, que virou as costas às principais questões como saúde, educação, entre outras.

Estamos mudando essa realidade, e nesse sentido o senhor pode contar com o nosso apoio incondicional, para que, juntos, possamos melhorar a situação dos professores.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Passamos a palavra ao professor José Lemos para fazer as suas considerações.

O SR. JOSÉ LEMOS

Deputado Tadeu Veneri, que perguntava sobre o consenso. Nós temos 16 mil, 521 vagas. Os professores já fizeram os exames médicos, os exames já foram homologados.

Queremos o chamamento urgente, nossas escolas estão carecendo de professores, veterinários estão dando aula de português e outras disciplinas, isso não está correto! Temos professores habilitados e concursados, e portanto, queremos a nomeação, a posse e o exercício o quanto antes, para podermos terminar o ano com mais tranquilidade.

Boa parte desses professores já estão na rede, já estão lecionando, e portanto, continuariam nas salas que estão lecionando. Em torno de 13 mil professores novos não estão na sala, mas não iriam, na nossa proposta, para a sala neste final de ano. Iriam para as equipes pedagógicas ajudando as escolas até fechar o ano letivo que já está perto de se encerrar.

E nós começamos o ano de 2004 sem falta de professores na rede pública do Estado do Paraná.

Também o deputado André Vargas falou sobre o orçamento. Nós queremos que o orçamento de 2003, que

tenha remanejamento nesse orçamento para o atingimento do preceito constitucional de 25%. Porque, do contrário, nós fecharemos o ano sem observar o dispositivo constitucional. Esse orçamento, foi aprovado no ano passado, mas ele contempla os 25% para educação básica, portanto é necessário o remanejamento até o final do ano.

Uma coisa importante que destaco, o orçamento de 2004, que já chegou na Casa e hoje começa a receber emendas dos senhores parlamentares e vai até o final de outubro. Então, na página 42 dessa mensagem que chegou na Assembléia, está lá, 1 bilhão 627 milhões para a Educação Básica no próximo ano. Não queremos que nenhum deputado remaneje recursos dessa rubrica; queremos a confirmação deste valor, porque isso atenderá com certeza o preceito constitucional e o interesse dos educadores para o próximo ano.

Também, deputado Jocelito Canto, ao falar sobre os compromissos de campanha aproveito, aqui, para também dialogar com o deputado Nereu Moura - companheiro da nossa região, deputado também Dobrandino da Silva - da região Oeste, deputada Elza Correia.

De fato, alguns compromissos já foram cumpridos. Não dá para negar, é verdade. Já retomamos o ensino fundamental noturno regular, já retomamos o ensino médio noturno com a matriz curricular de 25 aulas, presencial, isto é importante. Nós estamos tendo o cumprimento da Lei 13.807, aprovada aqui nesta Casa no ano passado, que instituiu 20% de hora/atividade. Isto é verdadeiro. Estamos tendo avanços também nos debates pedagógicos.

Agora, precisamos fechar este ano letivo cumprindo outros dispositivos constitucionais e cumprir leis. Do contrário, o governo incorre em risco, como acabou acontecendo com o governo anterior, que tivemos que entrar na Justiça para reparar isto.

Portanto, não queremos buscar o caminho da Justiça. Queremos, com o apoio dos deputados, vir a este Plenário e a esta tribuna, para que consigamos fechar este ano cumprindo a legislação.

Inclusive com relação ao Fundef, deputado Elio Rusch, de fato há uma sobra, e essa sobra não pode ficar para o exercício seguinte. É preciso investir este ano. Não há perigo de devolução para os cofres federais; esta verba é do Paraná. Agora, é importante e é penalizado pela Justiça aquele administrador que não aplicar no exercício, os recursos do Fundef, que é para este exercício de 2003. Então, queremos fechar este ano com a aplicação correta, e em tempo, nós, pela segunda vez, estamos aqui na Assembléia Legislativa pedindo encarecidamente o apoio de todos os deputados para que se cumpra o que a lei determina no nosso Estado.

Agradeço a manifestação de todos os deputados em favor da nossa categoria e em favor dos projetos que passarão a tramitar nesta Casa. Queremos, de fato, como disse o deputado Rafael Greca, que esta Casa aperfeiçoe aqueles projetos que porventura chegarem aqui com

alguma deficiência e aí possamos, de fato, construir uma educação de qualidade e construir uma carreira digna e um salário decente para os educadores do nosso Estado.

Nosso muito obrigado e volto a convidar aquele deputado, aquela deputada que puder estar conosco na Casa Civil agora, às 17 horas, será bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos a presença do professor José Lemos e de todos os servidores da educação.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria que o professor José Lemos nos fornecesse uma cópia do projeto, que não chegou a esta Casa, ainda, o anteprojeto que está em suas mãos e o secretário lhe entregou também o projeto das eleições, para que a gente possa, desde já, começar a discutir.

Pediria à Presidência que conseguisse uma cópia mesmo que extra-oficialmente para nós começarmos a discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Se o professor tiver em mãos e quiser, pode contar com o cerimonial da Casa para fazer ajuda.

Pela ordem, o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Como fui citado aí por duas vezes, eu queria dizer claramente àqueles que fazem qualquer comparação, eu sou deputado estadual e fui eleito para fiscalizar o governo do Estado e aqueles que são eleitos para ser deputado federal fiscalizam o Lula, porque aqui eu vou fiscalizar o Requião.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 108/2003

Senhor Presidente:

1) Sugere a distribuição gratuita, pela Secretaria Estadual da Saúde, de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná.

a) Consideram-se pessoas carentes aquelas cuja renda familiar seja igual ou inferior a três salários mínimos.

2) Os de medicamentos e insumos, a serem distribuídos nas unidades de Saúde Pública do Estado, compreende os seguintes itens:

- I - insulina;
- II - antidiabéticos orais;
- III - reagentes para exames;
- IV - seringas para aplicação de insulina;
- V - fitas reagentes;
- VI - adoçantes dietéticos;
- VII - material de informação e orientação e educativo para o acompanhamento e controle da doença.

3. As despesas decorrentes da distribuição dos medicamentos constarão na dotação orçamentária da Secretaria Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

É expressivo o número de diabéticos no Estado, boa parte dos quais carece de assistência governamental para fazer face ao tratamento que necessitam para sua sobrevivência. O elevado custo dos medicamentos e insu-
mos não cabe no orçamento das famílias de baixa renda, levando os pacientes ao tratamento inadequado e até à morte.

A Constituição Federal em seu artigo 226 e seguintes, estabelece que a saúde é um direito de todos, cabendo ao Estado, mediante políticas sociais e econômicas, assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção.

Nos últimos anos pouco foi investido na área da saúde, razão pela qual se faz necessária a implementação de políticas sociais com vistas a sanar as dificuldades encontradas pela população em decorrência da falta de destinação de recursos pela administração passada na área da saúde.

Assim, entendemos que a sugestão proposta deve ser implementada, urgentemente, para resgatar parte de dívida social e atender às vítimas de uma enfermidade crescente, perfeitamente controlável.

INDICAÇÃO Nº 109/2003

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná:

O deputado Nelson Justus dirige-se a V. Exa. e ao Sr. diretor, para expor e reivindicar o seguinte:

1) a instalação de Posto do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR) no município de Guaratuba.

A solicitação justifica-se tendo em vista que os moradores do município e região são obrigados a deslocarem-se até Paranaguá para requisitar quaisquer documentos, prestar exames psicotécnicos e práticos para retirada ou renovação de Carteira de Habilitação, demandando várias viagens e despesas até a finalização da documentação.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) NELSON JUSTUS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 630/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação Comunitária de Moradores do bairro Jacutinga, com sede no município de Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados sob nº 205, livro A-1, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e inscrita no CNPJ nº 04.119.849/0001-30, a entidade de cunho sócio-cultural, sem fins lucrativos, vem realizando um excelente trabalho de integração social na comunidade, disponibilizando cursos de culinária promovidos pela Secretaria de Bem-Estar Social, promovendo torneios de futebol com outras associações do município.

Em defesa dos interesses gerais, a associação participa de gincanas promovidas pelas escolas municipais em comemoração ao Dia das Crianças e organiza a tradicional missa sertaneja, no Dia do Trabalho.

Os associados como a entidade, são merecedores do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres deputados o devido apoio.

PROJETO DE LEI Nº 631/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio ao Reumático - Amar, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maringaense de Apoio ao Reumático - Amar, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem por finalidade integrar as pessoas portadoras de doenças reumáticas à comunidade, despertando-lhes o interesse para o desenvolvimento de suas relações, cojm a família, estimulando-as à participação ativa de auxílio mútuo contínuo; desenvolver esforços no sentido de proporcionar aos seus associados meios de tratamento condigno, inclusive postulando junto às autoridades competentes assistência mais específica.

A entidade trabalha também no sentido de despertar as autoridades estaduais e municipais, uma conscientização sobre a problemática e a necessidade de diagnóstico e tratamento adequados às doenças reumáticas.

Nessa Associação promovem-se as campanhas educativas, através dos meios de comunicação e desenvolvem-se atividades ocupacionais, artísticas, manuais, de lazer e de confraternização para a socialização de pacientes portadoras de doenças reumáticas.

Trata-se de trabalho essencial para a integração social dos doentes reumáticos aqueles necessitados da ajuda de entidades dessa natureza, atuando em colaboração com o Poder Público.

PROJETO DE LEI Nº 632/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica inserido artigo 3º renumerando os demais na Lei nº 14.077, de 11 de setembro de 2003, que institui o Programa Luz Fraterna, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Poder Executivo efetuará o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, referente à redução da tarifa dos domicílios que tenham, entre seus membros resistentes, usuários de oxigenoterapia familiar contínua.

§ 1º - A redução da tarifa a que se refere o *caput* deste artigo será efetivada até o valor referente à média do consumo dos três meses anteriores ao início da oxigenoterapia.

§ 2º - O cadastro dos domicílios a serem beneficiados será elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde em conjunto com a Copel”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição foi apresentada na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 491/2003, que institui o Programa Luz Fraterna.

Durante a votação do projeto, em 2ª discussão, a proposta foi transformada em projeto de lei em separado, que recebeu o número 505/2003.

Naturalmente o texto apresentado com emenda ficou impossibilitado de ser votado como projeto de lei, motivo pela qual estamos apresentando nova proposição e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do mesmo, tendo em vista que irá beneficiar parcela da sociedade paranaense que está com membros familiares em tratamento de oxigenoterapia contínua.

Lembramos, também, que na apresentação da emenda ao Projeto de Lei nº 491/2003, existiu um acordo com líderes partidários para a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 633/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Obras Sociais Santa Terezinha, com sede e comarca no município de Sertanópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Obras Sociais Santa Terezinha (Asilo São Vicente) instituída em 07.07.1993, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com objetivo filantrópico, beneficente, educativo, cultural e assistencial, principalmente no atendimento à pobreza, à infância desvalida, à velhice desamparada, às instituições de ensino e culturais.

A entidade ampara 21 idosos, sendo que 15 deles são inválidos, através de consultas médicas e psiquiátricas, fisioterapias, vacinas, injeções, curativos, fornecimento de medicação, assistência odontológica e também viagens para tratamentos quando necessárias.

Para continuar o trabalho que vem realizando, o asilo precisa, além do trabalho de doação e de voluntários, de recursos também do Estado; e para isso se faz necessário a concessão do título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 634/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná a criar Vilas Militares, nos municípios onde houver demanda, para atender aos policiais militares.

Art. 2º - As Vilas atenderam praças da Polícia Militar.

Art. 3º - As Vilas serão núcleos habitacionais distribuídos em pontos diversos da cidade, com área de lazer e creche.

Art. 4º - As casas serão financiadas pela Companhia de Habitação do Estado do Paraná, com prestações condizentes com os salários pagos aos policiais, não superiores a 30% (trinta por cento) do valor líquido, com correção pelo mesmo, ou com recursos federais, nos termos em que a lei, ou fonte financiadora estipular.

Art. 5º - Serão beneficiados somente policiais que não possuam residência própria.

Art. 6º - Nos municípios onde a demanda não for condizente com a construção de vilas militares, deverá ser dada preferência aos policiais militares, quando da construção de conjuntos habitacionais, sejam pelo Estado, pela prefeitura, ou sistema de parceria.

Art. 7º - Fica autorizado o município que tiver contingente superior a 10 (dez) policiais militares a construir conjunto habitacional exclusivo a serem ocupados por estes.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

Na atualidade os policiais militares não possuem qualquer tipo de garantias ou estrutura para que possam desenvolver suas funções, tanto estrutura em sentido de corporação, como armamento e estrutura física, como estrutura particular, financeira. Financeira no sentido de, na realidade, muitos policiais recebem salários baixos, muitos sequer possuem casa própria, os que têm são em bairros afastados, em bairros onde a criminalidade é comprovadamente mais elevada. Como se pode exigir que um policial denuncie e prenda traficantes ou bandidos, que são seus vizinhos e deixando à mercê de criminosos, enquanto estão no cumprimento de suas funções, suas famílias sujeitos a represália, correndo até o risco de voltar para casa e ter que enterrar seus filhos no dia seguinte.

Nos municípios menores o problema não é tão grande quanto nas cidades maiores, porém também existe, as prefeituras municipais recebem do governo cotas para a construção de conjuntos habitacionais, normalmente construídos em sistema de parceria, onde a prefeitura doa o terreno, o Estado viabiliza a construção por intermédio da Cohapar, financiados pela Caixa Econômica Federal, porém estas quantidades, são infinitamente pequenas para atender as demandas por isso, a necessidade de priorizar o atendimento aos policiais militares.

A busca do desenvolvimento de um país deve ser iniciada com a possibilidade de viabilizar maior segurança de sua população. Portanto, devemos incentivar a atividade policial, gerando a eles no mínimo a segurança em ter uma residência própria para que este possa propor-

cionar segurança e conforto à sua família, e assim trabalhar com uma preocupação a menos e dedicar-se com mais fervor ao cumprimento de suas obrigações com a comunidade, principalmente em municípios de médio e pequeno porte, onde a população tem muitas vezes só o policial para recorrer, e como o Estado atualmente não possui condição de proporcionar um aumento salarial aos policiais, tornaria este um atrativo, uma gratificação pelos bons serviços prestados.

O número de policiais que pede transferência das grandes cidades para as cidades pequenas é inúmeras vezes maior do que o inverso, já que a segurança nas cidades pequenas é infinitamente maior para seus familiares. Temos que mudar este quadro, temos que viabilizar a formação de raiz, de bases destes policiais em suas cidades, grandes ou pequenas.

Pela importância apresentada, e certo da compreensão e sentimento recíproco do desejo de poder incentivar a propagação do sentimento de maior segurança e buscar a confiança que os civis, aos poucos vêm perdendo com relação às ações policiais, devido ao grande número de denúncias de corrupção que é divulgado na mídia, e por termos certeza que estes fatos são isolados e muito restritos, devemos proporcionar à nossa corporação militar paranaense que por certo é a mais bem qualificada e honrada do país.

Peço e espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto, que será sem dúvida um passo e um exemplo a ser seguido em todo o Brasil.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Indicação nº 050/2003, item 35 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2367

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Indicação nº 049/2003, item 34 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem

do Dia que não sofreram emenda no curso de sua tramitação da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário antecipação da Sessão Ordinária de amanhã, para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, o uso do Grande Expediente da sessão Plenária do dia 20 de outubro do presente ano, para o Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, representado, na ocasião, por seu presidente Jamil Amâncio das Neves.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que no mês de setembro do presente ano o Sindicato dos Estivadores de Paranaguá completou seu primeiro centenário, marcado por lutas e conquistas na área sindical, este deputado, no uso de suas atribuições regimentais, pretende dar o espaço devido a este que é um dos precursores do movimento sindical em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao magistrado, Dr. Clayton Coutinho de Camargo, que tomará posse no cargo de desembargador, em solenidade a ser realizada no dia 16 de outubro de 2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, em correspondência encaminhada ao Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2350-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Agroindustrial Lar, pela inauguração da Unidade de Industrializados de carne de aves, realizado em 02.10.2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Irineu da Costa Rodrigues, diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, no endereço que segue: BR-277 Km 653, Matelândia-PR.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, que aprove a inserção nos Anais da Sessão Plenária desta data, de congratulações especiais ao Sr. Albino Bissolotti, da cidade de São Miguel do Iguaçu, pela inauguração do Parque Aquático Pousada das Águas, no citado município, no último dia 11 de outubro.

Na condição de representante legislativo de São Miguel do Iguaçu, se assim aceitarem os nobres pares, mesmo tendo estado presente às solenidades da inauguração do mencionado Parque, quero apresentar através deste Parlamento, uma vez mais os melhores cumprimentos e angúrios de largo sucesso ao Sr. Albino Bissolotti e família, pelo extraordinário empreendimento estabelecido.

Caso seja aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência ao homenageado à Rua Souza Naves, 102 - CEP: 85877-000, São Miguel do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor ao Instituto Pequeno Príncipe, através de sua coordenadora de Relações Institucionais, Ety Cristina Forte Carneiro, em razão da certificação do ISO 9001:2000 recebido pela instituição, estabelecendo metodologia para o alcance da gestão pela qualidade.

Foram certificados dois setores: o Centro de Imagem e o Serviço de Prontuário do Paciente (SPP).

O atendimento na área de saúde causa apreensão a todos os cidadãos, motivo pelo qual os avanços conquistados por instituições que fogem a essa regra merecem reconhecimento desta Casa de Leis.

Sem dúvida o compromisso com a comunidade faz do Hospital Pequeno Príncipe referência nacional e muito orgulha os paranaenses.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à amazona Fabrízia Bühler Pires Assunção (10 anos), campeã mundial de Escolas de Hipismo, ao Clube Hípico de Maringá, ao técnico professor Otamires da Costa, e aos demais membros da equipe do hipismo maringaense que participaram do “Jumping World Cup”.

Foi a primeira vez que o Clube Hípico conquistou o primeiro lugar nessa competição e o feito, sem dúvida, incentivará o aparecimento de novos valores do hipismo maringaense.

Fabrízia tem 10 anos de idade e já desponta no cenário nacional ao vencer, no último final de semana, na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais, o Campeonato Mundial de Escolas de Hipismo, na categoria 0,60m.

Também competiram o cavaleiro Jean Guilherme Versari, de 15 anos, que ficou em 10º lugar na categoria 1 metro; Fernanda, irmã de Fabrízia, que ficou em 53º lugar na categoria 0,40 metros e Luana Rocha Bissochi, que terminou em 31º lugar.

A competição reuniu noventa e dois atletas do hipismo, pertencentes a sete estados brasileiros e dezoito países.

A conquista da amazona Fabrízia, do clube, do técnico e de toda a equipe de atletas, merece o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa ou qualquer outro da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando informações sobre qual o valor gasto pela Secretaria para reforma de viaturas no ano de 2002.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente pedido está diretamente ligado às informações que nos chegaram de que no exercício de 2002 o Estado, em especial a Secretaria da

Segurança Pública, dispendeu R\$50 milhões de reais em reformas e reparos de veículos.

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da gratuidade do transporte coletivo nas linhas municipais e intermunicipais para portadores de deficiência:

- Há um cadastro com dados de cidadãos paranaenses que se beneficiariam com a gratuidade do transporte coletivo em linhas municipais e intermunicipais?

- Qual a fonte das informações que integram o Banco de Dados do Estado do Paraná, sobre os portadores de deficiência?

- A Secretaria de Estado da Saúde dispõe de dados sobre portadores de deficiência em tratamento ou reabilitação? E sobre portadores de deficiência como um todo?

- Qual o número de cidadãos paranaenses que se beneficiariam caso fosse aprovada a gratuidade do transporte coletivo municipal e intermunicipal para os portadores de deficiência que se encontram em tratamento ou reabilitação? E se o benefício fosse extensivo a todos os portadores de deficiência?

- Qual o impacto financeiro sobre os cofres públicos que se daria em razão da gratuidade do transporte coletivo para os portadores de deficiência em tratamento ou reabilitação? E se o benefício fosse extensivo a todos os portadores de deficiência?

- De acordo com o regime de concessão ou permissão do transporte coletivo, é possível impor às operadoras o ônus da gratuidade do transporte coletivo sem que isso represente quebra do equilíbrio econômico e financeiro?

- Na impossibilidade de impor ônus às concessionárias ou permissionárias, qual o impacto que teria o Estado do Paraná se a opção fosse por subsidiar a gratuidade?

- Quantos passageiros nas linhas intermunicipais são transportados mensalmente?

- Quantas empresas operam o transporte intermunicipal?

- Qual o prazo de concessão?

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

É público que foi apostado veto ao projeto que ampliava a gratuidade do transporte coletivo aos portadores de deficiência física.

Também é de todos conhecido que o veto foi mantido pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Estamos convencidos de que uma solução precisa ser encontrada para assegurar o exercício da cidadania por essa parcela da sociedade.

É com esse intuito que requeremos as informações a respeito da matéria.

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando informações sobre:

- Quantas obras estão paralisadas hoje em todo o Estado do Paraná?

- Quais obras estão paralisadas e em quais municípios?

- Qual o montante de dispêndio de recursos para o final dessas obras?

- Qual a previsão do Governo do Estado em retomar o trabalho para a conclusão dessas obras?

- Quais serão as obras priorizadas e os municípios beneficiados?

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo Scheida, secretário de Estado do Meio Ambiente, informações sobre obras que serão necessárias para que o Parque Estadual de Vila Velha seja reaberto. Segundo notícia vinculada no jornal Gazeta do Povo de 14.10.2003, serão necessários investimentos na ordem de R\$2.700.000,00.

Onde será utilizado este valor?

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e prerrogativas contidas no Regimento Interno, em especial no seu artigo 40, REQUE-REM a V. Exa. a criação de Comissão Externa da Assembléia Legislativa para averiguar, *in loco*, a situação de conflito existente no entorno do Parque Nacional do Iguazu, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná e que tem como origem o fechamento da Estrada do Colono, fato este que provocou sérios prejuízos sócio-econômicos aos municípios e às suas populações, numa situação que se arrasta há mais de 15 anos e que tem se agravado ultimamente.

Dáí a necessidade de se abrir um canal de negociação visando o estudo junto ao parque, possibilitando a

necessidade ou não da reabertura da referida estrada. E, de outro lado auxiliar as discussões entre as autoridades do Meio Ambiente, responsáveis pela preservação do parque e a população lindeira, pois sem a negociação, entendemos, se torna praticamente impossível falar-se em conservação daquela unidade ecológica, o que torna evidente a necessidade de que esta Casa crie uma Comissão para mediar o conflito e buscar uma agenda de entendimento para a superação desta grave crise que está colocando em risco a sobrevivência daquele parque e dos moradores que vivem em seu entorno.

Salientamos que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estarão disponibilizando membros daquelas Casas para intermediar o conflito na região, uma comissão externa formada por parlamentares.

Sala das Sessões, em 15.10.2003.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, DOBRANDINO DA SILVA, RENI PEREIRA, ADEMIR BIER e CHICO NOROESTE.

JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Colono, que existiu pacificamente com o Parque Nacional do Iguazu- PNI, durante 46 anos, e que corta o referido parque, ligando os municípios de Capanema, no Sudoeste a Serranópolis do Iguazu, no Oeste do Paraná, foi fechada por uma liminar judicial em 1986, depois que o IBDF, antigo Ibama, mudou o Plano de Manejo daquela unidade de conservação, acabando com a possibilidade de existência da referida rodovia. Em 1996, o presidente do Tribunal Federal da 4ª Região cassou a liminar e a estrada foi reaberta. Um ano depois, o Pleno do Tribunal anulou a decisão do presidente e a estrada foi novamente fechada. Desde então, a população tem ocupado e desocupado a estrada na tentativa de reabri-la.

A última iniciativa ocorreu no dia 04 de outubro último, quando os moradores ocuparam o parque na tentativa de reabrir a estrada, o que fez com que o Ibama entrasse com um pedido de reintegração de posse e de apreensão da balsa que servia para a travessia sobre o rio Iguazu.

Os ocupantes desocuparam a área no dia 07 e transportaram a balsa até a cidade de Capanema, distante 25 km do parque. Ao tentar cumprir a ordem judicial de apreensão e destruição da balsa, instalou-se, na noite de 08.10.2003, um conflito de graves proporções, bem no centro daquela cidade, envolvendo mais de 100 policiais federais e milhares de manifestantes, fato que resultou em mais de vinte feridos e numa extensão muito forte, que ainda persiste hoje.

Ante o exposto, entendemos ser de fundamental importância que esta Casa crie uma Comissão Externa com vistas a verificar, *in loco*, a atual situação, buscando intermediar a abertura de negociações que possibilitem a construção de uma agenda de atendimento às reivindicações da população, que deseja o desenvolvimento local, e que, ao mesmo tempo, garanta a preservação do ecossistema do Parque Nacional do Iguazu.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PPS.
Pela ordem o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Em nome do André Vargas, da Elza, do Barbosa Neto, faço o registro da presença do vereador Beto Scaffi, da Câmara Municipal de Londrina que nos honra muito com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos a sua presença.
PSB, PTB, PP, PFL.
Deputado Plauto Miró, por cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Antes de mais nada, quero fazer uma saudação a todos os professores que estão na Assembleia Legislativa, no dia de hoje. Alertá-los para que palavras aqui colocadas pelo presidente do PT do Paraná, deputado André Vargas, deixam claro que o Governo do Estado do Paraná tem mais de um bilhão e meio de reais, em caixa.

Então, é o momento de todas as reivindicações dos professores feitas nos últimos anos, uma boa parcela não atendida, de conseguirem agora, fazer com que o Governo do Estado dê todas as perdas que tiveram os professores nesses últimos anos.

Mas, o que me traz senhor presidente e senhores deputados, à tribuna no dia de hoje, são as declarações do vice-governador do Paraná, Orlando Pessuti, quando no meio de comunicação do nosso Estado, em especial na Rádio CBN, ele faz uma crítica dura à Assembleia Legislativa do Paraná.

O Sr. André Vargas

Só para corrigir, não fui eu que disse, foi o Dr. Heron Arzua, na prestação de contas, e os documentos foram entregues para todos os deputados.

Um bilhão e vinte e seis milhões, nas minhas informações.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Está em caixa mais de 1 bilhão de reais.

O Sr. Helio Rusch

Um bilhão e quinhentos e dez milhões, para ser exato.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

É bastante dinheiro.

O vice-governador Orlando Pessuti fez uma crítica dura hoje, onde ele colocou-se surpreso com a votação do projeto no dia de ontem, dos transgênicos na Assembleia Legislativa do Paraná.

Disse que jamais esperava ver um projeto proibindo no Estado do Paraná a comercialização, a produção de todos os produtos transgênicos do nosso Estado.

Ontem, o substitutivo que foi apresentado pela CCJ é um substitutivo que proibiu todos os produtos transgênicos. A comercialização da maçã, da banana, do tomate, da batata e da insulina. Essas palavras, criticando, deputado José Maria, a nós deputados estaduais, e em especial aqueles que votaram o substitutivo no dia de ontem, nesta Casa de Leis, foi feita pelo vice-governador do Estado, dizendo que não aceita e que tem que ser revisto esse projeto que foi aprovado nesta Casa de Leis, que estava estarecido, que estava surpreso com a votação feita na Assembleia Legislativa no dia de ontem.

Isso me preocupa, mostra que realmente o governo do Estado do Paraná é um governo “trapalhão”, que toma atitudes e tem que voltar atrás, como, com certeza, vai voltar atrás nessa situação.

Palavras essas colocadas pelo vice-governador do Estado do Paraná, que criticou duro a Assembleia Legislativa indiretamente até chamando de “incompetentes” os deputados, quando ele diz que estava estarecido e surpreso da votação dos deputados aprovando um substitutivo, um projeto de lei, proibindo todos os transgênicos no Estado do Paraná, inclusive entrando dentro do substitutivo do deputado Luciano Ducci, o senhor é médico, a própria insulina está proibida a comercialização dela dentro do Estado do Paraná. Ai dos diabéticos que têm necessidade de utilizar a insulina.

Então as trapalhadas acontecem, estão aí, e eu espero que os deputados que ontem votaram esse projeto possam rever, arrumar e corrigir essa barbaridade que aconteceu no dia de ontem na Assembleia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Lideranças do PSDB, PDT.

(Declinam)

Liderança do PT.

Com a palavra o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa presente e povo do Paraná.

Um projeto como esse dos transgênicos foi bastante debatido nesta Casa. Espero que os outros projetos também o sejam.

Ontem estive aqui um professor geneticista e se pronunciou, falou o que é geneticamente modificado de fato. A nossa lei, deputado Plauto Miró, não proíbe a insulina. Esse tomate que todos falam que é transgênico ele disse que não é, ele é híbrido. No Brasil não existem transgênicos liberados nos produtos agropecuários. A lei trata dos produtos agropecuários. A lei permite a insulina, a pesquisa.

No Brasil, o único caso de autorização de transgênico é a situação da soja do Rio Grande do Sul. A lei está muito clara neste sentido. Se houve essa interpretação do vice-governador, pode ter havido um equívoco dele.

Temos confiança e certeza do que foi votado aqui; é muito seguro. Se houver algum equívoco, não é do ponto de vista do conceito do objeto da lei.

Neste sentido, podem estar convencidos do que está no escopo da lei; exclui a questão da insulina, desse tomate. O que existe é uma desinformação por parte de alguns que querem consumir, com os transgênicos, uma situação de fato dada no país e não tem mais volta. É um jogo internacional e o Estado sai na frente nesta questão.

O estudo apurado para apontar todos os artigos, criar o Conselho de Biossegurança. O que está ali tem muitos termos técnicos, sim, mas é para os produtos agropecuários. A pesquisa está autorizada. No Brasil não tem autorização para plantar da OGN nos campos do Brasil. A única exceção é o caso da soja para esta safra. Na medida provisória diz que para a safra seguinte as sementes terão que ter certificado do Ministério da Agricultura.

Neste sentido, quero fazer um alerta aos deputados. Essa lei será justa e atende o princípio da precaução. O consumidor, de um modo geral, devem ser alertados se estão comendo produtos transgênicos.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

O deputado Elton Welter subiu na tribuna colocando suas ponderações, suas explicações. A explicação que ele tem que dar é para o vice-governador do Paraná, secretário da Agricultura do Paraná, porque as declarações que ele deu na Rádio CBN, foram declarações dando “puxão de orelha” nos deputados da Assembleia. Ele colocou que estava estarelecido, surpreso de ver que foram restringidos todos os produtos oriundos da transgenia.

Essa explicação, deputado Welter, acredito que terá que dar àquele que nos criticou, que é o secretário da Agricultura do Estado do Paraná e ao vice-governador do Estado.

Alguma coisa está errada: ou o senhor está com a razão, ou o secretário está com a razão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Passamos a palavra ao deputado Jocelito Canto e em seguida à Liderança do PMDB, do Governo e da Oposição.

Quero pedir a todos os deputados, por obséquio, que sejam sucintos, porque temos ainda Ordem do Dia, temos uma Sessão Solene, que as pessoas já estão adentrando esta Casa, e uma Extraordinária.

Com a palavra, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu vim hoje aqui, nesta Sessão, e me assustei com o deputado Plauto, até gostaria que a assessoria nos desse uma ajuda daqui a pouco para nos dizer o que é trapa-

lhão, porque o deputado Plauto falou que o governo Requião é um governo trapalhão.

Eu sei que é trapalhão, mas gostaria de pegar o dicionário para ver o que mais diz que é trapalhão. Gostaria que alguém nos ajudasse a ver o que é trapalhão no dicionário, porque achei pesado o que falou aqui o deputado Plauto. O que é trapalhão fora o que nós já conhecemos?

O que me traz aqui é uma coisa parecida também com trapalhão e não quero aqui em momento algum ofender a um grande companheiro nosso desta Casa que é um grande amigo meu, deputado Dobrandino, que tenho maior respeito, um dos maiores prefeitos deste Paraná, um dos maiores líderes da região de Foz do Iguaçu.

Vim hoje, deputado Dobrandino, para lhe cumprimentar. Disse V. Exa. fora do microfone, que eu lhe cantaria os parabéns, hoje, aqui nesta Casa, porque V. Exa., por ser membro do antigo MDB velho de guerra consegue verdadeiros milagres no governo do Estado. E para surpresa minha o nosso governador Requião, que tenho o maior respeito como governador, liberou cinco milhões de reais para Foz do Iguaçu para terminar um Centro de Convenções.

Tem dinheiro para Foz do Iguaçu para um Centro de Convenções, deputado Rafael Greca, um quase líder do Governo nesta Casa? Cinco milhões foram liberados para Foz do Iguaçu!

Deputado Plauto, V. Exa. que diz que o governo é trapalhão, eu até acho que às vezes o senhor tem razão, porque para o curso de Medicina, de Ponta Grossa, não tinha dinheiro! O procurador do Estado quando derrubou a liminar do juiz de Ponta Grossa disse: “as metas anteriormente previstas e os serviços já iniciados têm prioridade frente às novas despesas, assim como os investimentos já iniciados. O custeio já planejado de toda máquina estatal e a conservação do patrimônio público não podem ser prejudicados por uma nova despesa pública por mais relevante que seja, como é o curso de Medicina em Ponta Grossa.

E o Dr. Sérgio Botto diz mais: “como esse cuidado não foi observado e como na atualidade o planejamento constatou que não haverá disponibilidade financeira para atender aos projetos antes iniciados, menos ainda aos novos projetos incluídos nas leis orçamentárias, várias despesas novas e outras que podiam ser reduzidas, foram cortadas”.

Isso foi o procurador que disse, à justiça! Foi ele que disse que não tinha dinheiro! Mas aí, Foz do Iguaçu recebe cinco milhões do governo do Estado! Eu pedi informações e o secretário Cláudio Rorato, no Requerimento 425/2003 diz que não foi dinheiro nenhum para Foz do Iguaçu. Os jornais dizem que foram e o governador foi lá. Aí, o secretário Arzua veio a esta casa e perguntei ao Dr. Nestor de onde saiu esse dinheiro na prestação de contas, o Dr. Nestor diz nas notas taquigráficas: “essa liberação de cinco milhões foram creditados na conta do Centro de Convenções para aumento de capital

do Estado no Centro de Convenções e saiu da fonte 00 do Estado”. Dinheiro do Estado!

Então, deputado Plauto Miró Guimarães Filho, deputado Dobrandino, eu quero aprender com V. Exa.! Será que eu vou ter que ir para o PMDB, deputado Dobrandino, para conseguir dinheiro, para conseguir o curso de medicina? O que eu tenho que fazer para trazer dinheiro para Ponta Grossa? V. Exa. leva cinco milhões da fonte 00 e não tem dinheiro para a educação de Ponta Grossa, mas tem dinheiro para um Centro de Convenções! E qual é a prioridade neste Estado?

Qual é a nossa prioridade num momento de crise, que alguém falou aqui que o governo paga crise?

Mais recentemente, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva disse que quem assume o governo não pode ficar reclamando para trás, porque sabia como ia pegar o governo. O Estado também, o governador sabia que ia pegar o Estado com dificuldades. Disse isso na campanha e mesmo assim, fez promessas, promessas e mais promessas.

Então encerro, senhor presidente, dizendo deputado Dobrandino, o meu tempo não permite, mais uma vez deputado Dobrandino: como é boa a experiência, como é bom o resultado das eleições. Foz do Iguaçu, o Requião teve 82.000 votos, Álvaro Dias teve 36.000 no 2º turno. Em Ponta Grossa no 1º turno Requião ficou em 3º lugar e no 2º turno ganhou por pouquinhos votos. Será que tem algo a ver com isso também?

Por isso, senhor presidente, esta tarde é hora de homenagear o Requião velho de guerra e o Dobrandino, nosso querido deputado, amigo do PMDB que tem força de levar dinheiro para Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Liderança do PMDB, deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Rapidamente quero fazer uso desta tribuna para falar de uma notícia agradável, uma vez que esse assunto todo que está sendo discutido é uma redundância, uma vez que as aberturas para discussão já foram feitas por diversas oportunidades no passado. E, evidentemente que aqui estamos num Parlamento, democracia, isso sempre é válido.

Mas, nós temos um resultado bastante positivo da participação dos nossos atletas no último Pan-americano. E lá, em Guarapuava, na nossa cidade, terra que nós representamos, tivemos um atleta medalha de prata no tiro de fosso olímpico.

Em função desse resultado alcançado nos Jogos Pan-americanos, o Comitê Olímpico Brasileiro estará investindo na nossa cidade, na cidade de Guarapuava, trezentos mil reais, para que lá seja criado um centro de excelência do tiro esportivo, do tiro de fosso olímpico, onde a equipe que estará se preparando para a próxima

olimpíada possa ter uma estrutura de primeiro mundo, possa ter condições de treinamento e esta possibilidade estará sendo gerenciada pelo atleta Rodrigo Bastos, aquele que foi medalhista de prata no último Pan-americano.

Já conversamos com o senhor governador Roberto Requião e também com o nosso secretário dos Esportes, da Paraná Esportes, Ricardo Gomide, e tentaremos, através de um projeto que estamos desenvolvendo, viabilizar a extensão desse centro de excelência do tiro esportivo, não só que ele fique restrito a Guarapuava, mas também que seja estendido a todo o Estado do Paraná com a tutela do Rodrigo Bastos, nosso medalhista Pan-americano e aquele que sem dúvida alguma poderá ser medalhista também nos jogos olímpicos para que nós possamos fazer do esporte do tiro, um esporte com atletas qualificados e que nós possamos transformar o nosso Estado, com o apoio do governador Roberto Requião, do Paraná Esportes, na gerência do nosso amigo e companheiro Ricardo Gomide, um centro de excelência no tiro esportivo do nosso Estado.

Temos atletas, temos condições, e agora mais uma vez podemos contar com a sensibilidade e com o apoio do nosso governador do Estado, do governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

No Horário da Liderança do PPB, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos hoje, a presença dos professores e aqui tivemos uma discussão a respeito do que pode e do que não pode ser feito, das condições que tem o Estado, se o Estado tem ou se o Estado não tem dinheiro. E também ouvimos pronunciamentos que o Estado está em situação difícil. Não creio que sejam verdadeiras essas afirmações ou não são verdadeiras as afirmações de S. Exa. o governador Roberto Requião, que teve a satisfação de ouvir, de ver e de ouvir em um dos canais de televisão em rede nacional, o governador lá em Brasília participando de uma exposição sobre os 150 anos do Paraná, dá uma entrevista para a grande imprensa nacional e diz, naquele seu jeito peculiar de falar, lançando a mão à frente: “Paraná vai muito bem, obrigado; o Paraná cresce e gera seiscentos empregos por dia; o Paraná vai muito bem, obrigado; o Paraná tem um crescimento de 25% na arrecadação do ICMS”.

Que Estado quebrado é esse, meus irmãos? De onde vem o crescimento dessa receita? O dinheiro está em caixa, os números não mentem! Está aqui o balanço consolidado dos oito meses da administração de S. Exa. Roberto Requião. Tem um bilhão e quinhentos milhões de reais de ativo disponível. Qualquer um sabe o que é ativo disponível! Sabem os deputados, sabem os empre-

sários, a quem quero homenagear aqui a presença do grande empresário guarapuavano, Sr. Félix Gelinski, irmão do Sr. Alfredo Gelinski, que logo após esta Sessão irá receber o título de Cidadão Honorário. Os empresários sabem muito bem o que é ativo disponível: é dinheiro em caixa, senhor presidente, senhoras e senhores deputados! Um bilhão e quinhentos milhões, deputado Jocelito Canto!

Tem dinheiro, sim, para Foz do Iguaçu! Acho muito justas as reivindicações do deputado Dobrandino da Silva, porque Foz do Iguaçu deu vitórias, Foz do Iguaçu é um município importante, Foz do Iguaçu leva a imagem do Paraná para o Brasil e para o mundo. Mas, Ponta Grossa também é importante. Ponta Grossa, capital cívica do nosso Estado, é importante; é importante o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que foi fechado com a alegação que não tinha recurso.

Os recursos estão aqui, deputado Litro, e estes documentos não foram elaborados por deputados, mas foram elaborados pelos técnicos da Secretaria da Fazenda. Os números não mentem! Os números são verdadeiros! O acréscimo na receita do Estado é real!

E quando dizem que o Estado está quebrado, o que é isso meus irmãos? Vamos deixar de brincadeira! Eu venho do Rio Grande do Sul, estivemos lá, eu e o deputado José Maria, e aquele Estado, sim, vive uma situação difícil. O governador Germano Rigoto recebeu o Estado com o salário de dezembro, com o 13º atrasado, não conseguiu saldar todos os seus compromissos. Isso sim, é um Estado com sérias dificuldades, complicado, não tiveram investimentos; o governo anterior expulsou a Ford do Rio Grande do Sul e a Ford se instala na Bahia e a Bahia tem um incremento de ICMS em função da industrialização do Estado.

Agora, dizer que o Paraná está mal? Não! Não está mal! O Paraná está bem! Porque um governo sucede o outro, os problemas de um governo certamente serão os problemas dos governos que os sucederem, como também as boas coisas pertencem ao novo governo. E ontem o governador Roberto Requião foi muito claro, muito entusiasmado, dizendo: “o Paraná vai muito bem”! Claro que vai bem! Agora, eu pergunto aos senhores: acréscimo de 25% no ICMS?

Ora, meus irmãos, não existe super-homem, não existe Batman, não existe homem-aranha que faça isso. Isso é o reflexo de investimentos, desenvolvimento industrial, desenvolvimento da agricultura, são frutos de trabalhos realizados no passado que fizeram com que a arrecadação do Estado viesse a crescer. Todos nós sabemos que a arrecadação não cresce de hoje para amanhã; ela é fruto do que foi feito no passado.

Então, eu queria dizer aos senhores aqui e dizer ao deputado Jocelito Canto: tem dinheiro para Ponta Grossa, tem dinheiro para Foz do Iguaçu, dinheiro para Londrina e dinheiro para Guarapuava, Félix, para o nosso curso de Medicina que o governador Roberto Requião prometeu,

deputado Rafael Greca, perante mais de vinte mil pessoas. E nós, guarapuavanos, queremos também, porque parte desse dinheiro que está aí no caixa do Tesouro vem do 3º Planalto do Paraná.

Queremos uma parte dele.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra o deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu não pedi um aparte ao deputado Fernando Ribar Carli, para falar aqui da tribuna dentro do mesmo tema. Ouve-se falar e se ouviu falar hoje ainda da tal da “herança maldita” do governo passado.

Ora, que herança maldita é essa? A folha de pagamento em dia, do funcionalismo público, o décimo-terceiro pago, a receita do ICMS crescendo mês após mês! A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o Estado pode comprometer suas receitas em 200% da receita, efetivamente, realizada nos últimos doze meses! O Estado do Paraná, aliás, até agora, 31 de agosto, estava comprometido em 143%, podemos comprometer em mais de 57% da nossa receita. Então, que herança maldita é essa?

Que Estado falido é este?

Que Estado quebrado é este que nós vivemos?

Onde, no Brasil inteiro, nós temos um decréscimo, um índice aumentando mês após mês na relação ao desemprego, e no Paraná não?

Isso é fruto do quê? Fruto de uma política desenvolvida para projetar e para desenvolver o nosso Estado do Paraná, cada um sabe disso.

Agora, o que nós não podemos concordar, é dizer que o Estado está quebrado, quando o Estado tem caixa e foi apresentado aqui, dito hoje, eu repriso novamente, um bilhão, quinhentos e dez milhões de reais em caixa, quando o Estado do Paraná pode fazer, sim, as obras!

E quero dizer ao senhor presidente, aos senhores deputados, ao deputado Nereu Moura, que nós atuamos em muitos municípios e disputamos a mesma base eleitoral, lamentavelmente eu devo registrar aqui da tribuna, hoje, que a BR-277 em Guaraniaçu, foi fechada das nove até às doze horas pelos moradores e pelas lideranças de Diamante do Sul.

Diamante do Sul é um dos únicos municípios do Paraná, senão o único, um dos poucos que ainda não tem ligação asfáltica; iniciou um asfalto pelo governo passado, realizado grande parte das suas obras, e o atual governo diz que quer encampar o pedágio, acabar com o pedágio, dispõe-se a gastar dinheiro do recurso do Estado para indenizar as empresas, mas não quer fazer o asfalto, que é de responsabilidade do Governo do Estado, como é o caso do asfalto ligando Toledo a Quatro Pontes! Como é o caso de recuperar inúmeras rodovias no Estado do Paraná! A sociedade tem que fazer o quê, deputado Antonio Anibelli? V. Exa. que é o líder do Governo, do Partido do PMDB, aqui, na Assembléia Legislativa. A

comunidade de Rio Branco do Sul, a BR-277. Coitados dos transeuntes, não têm nada a ver com a história! Ficaram parados três horas na rodovia, por causa do quê? Por causa de uma decisão do governo do Estado, que não quer fazer e diz que não faz as obras!

O governo do Estado funciona, presidente Marcos Isfer, que está presidindo a Sessão de hoje, sabe aonde? Em quatro programas: Paranáurbano que nós deixamos; Paraná Doze Meses, que o governo passado deixou. O Proen que o governo passado deixou; e também o ParanáSan. Se não fossem os programas do governo passado, o atual governo não saberia porque está aí, porque não inovou e não trouxe nada e está dando continuidade. Aliás, quer mudar o nome de alguns programas, como a Fábrica do Agricultor e outros programas dentro da agricultura e até poderíamos apelidar de governo Vilma. O filho é o mesmo, troca-se o nome. O programa é o mesmo e quer trocar o nome. Isso, não podemos conceber!

Registro, com tristeza, o fato ocorrido hoje na BR-277, quando a comunidade se revoltou e fechou essa BR em razão de o governo não fazer essa rodovia, que é de responsabilidade do governo do Estado fazer.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero usar o Horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Eu ouvi muito, V. Exa. chamar a Liderança do Governo e ninguém se manifestou! V. Exa. chamou a Liderança da Oposição! Nós fomos para a tribuna. Se V. Exa. abriu um precedente, as Sessões seguintes entendemos que vamos ter o mesmo direito de fazer isso!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Elio Rusch, nós havíamos chamado o Horário do PTB, o deputado Jocelito Canto pediu a palavra e lhe foi dada. Da mesma forma nós havíamos chamado a Liderança do PP, o deputado Ribas Carli pediu a palavra e nós, democraticamente, como é habitual a esta Casa, lhe demos. Da mesma forma daremos a palavra ao deputado Nereu Moura, dentro da nossa radicalidade democrática, que sempre fez desta Casa ser um exemplo nacional.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu entendo o gesto que V. Exa. está fazendo. Dependendo do que o deputado Nereu Moura vai falar, me sinto também no mesmo direito, nas Sessões futuras, fazer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Acredito que V. Exa. sempre teve esse direito e continuará tendo.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o governador Requião falou em Brasília, que o Paraná vai bem, obrigado. E falou a verdade, porque hoje ouvimos os gritos e o Paraná tem um bilhão e quinhentos milhões em caixa. E tem! Fruto do rigor fiscal, da competência administrativa e sobretudo, da honestidade! Nove meses de honestidade neste Paraná e sobrou um bilhão e quinhentos milhões em caixa! Sem precisar vender o Banestado! Sem precisar vender a Copel! Sem precisar vender os royalties de Itaipu! Sem fazer empréstimo, senhor presidente! Nove meses e um bilhão e meio em caixa! O rigor, a competência e a honestidade a governar este Estado! O Paraná não está quebrado, não! O Paraná tem governo que é sério, competente, sério e honesto. Esta que é a marca deste Estado.

É evidente, que o governador Requião, quando assumiu o governo, no dia 1º de janeiro, tinha como restos a pagar quase duas centenas de milhões. Só de contratos na área de informática, foram cancelados mais de 200 milhões de reais - contratos todos sob investigação.

É lógico que hoje a gente ouve os deputados dizerem, porque o secretário falou e o governador falou em Brasília: "o Paraná vai bem, obrigado". Vai sim, e irá muito melhor ainda, senhor presidente, porque se em nove meses o nosso Estado adquiriu as condições de investimento, o nosso Estado recuperou a credibilidade, o nosso Estado está nas condições que está, o senhor imagine o ano que vem - não vai, deputado Dobrandino, não vai ter só cinco milhões para pôr em Foz do Iguaçu, com muita justiça, porque V. Exa. é uma pessoa que esteve sempre do lado do governador Requião, nas horas boas e nas horas difíceis, V. Exa. foi um companheiro leal e seria deslealdade do governador se ele não amparasse Foz do Iguaçu ou um companheiro da primeira hora.

Por isso, o Estado do Paraná vai ter dinheiro, como está tendo, quatro mil quilômetros de estrada sendo recuperados pelo DER, está tendo a saúde com milhões de reais sendo colocados na saúde pública do Estado do Paraná! Governo sério, governo íntegro, governo honesto, que faz sobrar dinheiro, que terá dinheiro para pagar o salário dos professores, para reequipar a Polícia, para fazer o asfalto de Diamante, que há oito anos foi prometido solenemente, paralizado diversas vezes e que, se Deus quiser, ainda este ano será reiniciado.

Por isso, senhor presidente, vamos colocar os pingos nos is. Parabéns ao governador Requião pela maneira austera como vem governando este Estado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Queria requerer a essa presidência, de acordo, não sei se pelo Regimento Interno, mas queria requerer que me fossem fornecidas as notas taquigráficas do nosso líder do PMDB, essa figura importante do deputado

Nereu, que eu achei muito interessante o seu discurso e eu pediria autorização, pois eu gostaria de guardar, como aqui tem momentos importantes nesta Casa que não podem ser esquecidos.

Eu gostaria de guardar o pronunciamento do deputado Nereu Moura, com a sua devida autorização, porque é pública, gostaria de guardar para mais tarde voltarmos a este assunto, porque isto prova que aquilo que eu falei na tribuna é uma verdade, referente àquilo que eu falei de Ponta Grossa.

Muito obrigado, senhor presidente, com a elegância do nosso 1º secretário, que vem fazendo um grande trabalho nesta Casa, eu gostaria da autorização das notas taquigráficas, para colocar no arquivo da política desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Deputado Jocelito Canto, de acordo com o Regimento Interno. V. Exa. tem total tranqüilidade de pedir à taquigrafia as notas, porque eu tenho certeza que tudo o que foi dito pelo deputado Nereu, foi bem dito.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 108/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a distribuição gratuita, pela Secretaria Estadual da Saúde, de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná. **À Comissão de Saúde Pública.**

Indicação nº 109/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente, propondo a instalação de um posto de atendimento do Detran, no município de Guaratuba. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2351, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária de amanhã, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 066/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG - Organização não Governamental SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.10.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 077/2003, de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação Infantil - ABAC, com sede e foro em Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a ACIAC - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede em Cruzeiro do Sul e foro em Paracity. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 276/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede no município de Cruzeiro do Sul e foro no município de Paracity.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.10.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito à senhora primeira secretária que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

O deputado Elio Rusch pede anulação da verificação de votação; portanto, prosseguiremos com a votação da Ordem do Dia.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede em Nova Cantu e foro em Campina da Lagoa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 345/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.10.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter e outros, que veda o plantio, a sementeira, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGN's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CAIC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA

CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não temos muito mais a acrescentar na questão dos transgênicos, mas apenas que fique registrada a posição da Bancada de Oposição, aqui na Assembléia Legislativa e também de alguns outros deputados que se aliaram contra o projeto que visa proibir os transgênicos de forma generalizada, no Estado do Paraná.

Nós falamos desta tribuna; diversos já se manifestaram em relação a esse projeto de lei, e, dentro da minha modéstia, não sou a pessoa qualificada e não tenho preparo técnico para defender os transgênicos, nem a favor, nem contra, mas tenho me espelhado no deputado Augustinho Zucchi ao menos os seus argumentos foram convincentes e principalmente o senador Osmar Dias, que foi secretário da Agricultura do Estado do Paraná, por duas oportunidades e também aquilo que a Ocepar que representa no setor produtivo e agropecuário do Estado do Paraná, que representa, por sua vez, todas as cooperativas do nosso Estado e também da própria Faep.

Por essas razões entendemos que, já entendíamos isso ontem e continuamos afirmando, na Sessão de hoje, que somos contra esse projeto, uma vez que ele não está bem explícito.

Nós fomos informados que o vice-governador, Orlando Pessuti, deu uma entrevista hoje - eu não ouvi essa entrevista, fui informado e o deputado Plauto Miró já fez menção sobre isso, dizendo que a Assembléia não podia ter aprovado esse projeto, da forma como aprovou.

Nós corremos o risco, pois todos os transgênicos no Estado do Paraná estariam proibidos, e isso pode trazer um prejuízo muito grande ao Estado do Paraná.

Segundo ponto, ainda, é que o próprio governo federal ainda não tem regulamentada a questão dos transgênicos, e a partir do momento que ele for enviar a mensagem ao Congresso Nacional e o mesmo aprovar a sua mensagem e regulamentar os transgênicos no Brasil, e o Lula sancionar a lei, a nossa lei, no Estado do Paraná, cairá por terra; é inócua!

Por isso nós entendemos que não é o momento de a Assembléia Legislativa, o Estado do Paraná, se manifestarem, aprovando uma lei de tal natureza.

Por essa razão, senhor presidente, senhores deputados, nós entendemos que o Paraná, através desse projeto de lei e se a Assembléia, assim entender no dia de hoje e depois, ainda, na sua redação final, com toda certeza nós teremos no futuro, como é que eu vou dizer, que nós aqui na Assembléia estaremos com uma lei no Estado do Paraná sem validade nenhuma porque nos apressamos e atropelamos o processo.

Já disse uma vez, aqui na Assembléia Legislativa, que no trânsito nós encontramos muitas placas de advertência e de orientação. E uma das placas que a gente sempre encontra, diz o seguinte: "na dúvida, não ultrapasse". Aí eu poderia dizer: "Prudência e caldo de galinha não

fazem mal a ninguém”. A mesma coisa nós poderíamos aplicar nas leis dos transgênicos, prudência e cautela. É isso que o momento requer, porque estamos aprovando uma lei no Estado do Paraná, quando o Congresso Nacional ainda está discutindo a mesma!

Voto contra e espero que possamos conquistar ainda alguns votos, aqui, da base do governo que votem contra esse projeto, porque não é o momento de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Em votação.

Para encaminhar, o senhor Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, estou ouvindo o discurso do deputado Elio Rusch e também fiquei sabendo da entrevista do vice-governador e secretário da Agricultura, de que esta lei, como foi aprovada, pode trazer um prejuízo sem precedentes à economia do Estado do Paraná.

Esse tema ainda vai ser discutido em Brasília no Congresso Nacional e sobretudo, é um tema técnico e científico.

Ontem nós votamos contra essa lei, e reafirmo o voto de ontem, na certeza de que é prudente se aguardar a sua aprovação final, que antes mesmo de sair desta Casa já está ganhando corpo como uma lei que pode trazer algum prejuízo significativo à economia do nosso Estado.

Era isso, e queria colocar a minha posição, também na condição de líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Em votação a emenda substitutiva aprovada em 2ª discussão.

Os senhores deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Solicitado ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Faz a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Responderam à chamada nominal 30 senhores deputados. Em votação.

28 senhores deputados aprovam e dois rejeitam.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para registrar o nosso voto contrário e dizer que os deputados que votaram con-

trário ontem, tanto nessa matéria, e que votaram a favor da retirada do mesmo, os deputados se encontram na Casa!

É um argumento e é um expediente legítimo no Parlamento de esvaziar o plenário ao menos para procurar protelar essa votação!

Os deputados estão presentes, os deputados da Oposição estão na Casa!

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Gostaria só de comunicar aos deputados que, após a Sessão, vamos ter uma reunião da Comissão de Orçamento na Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a A.C. - Associação Cantuzinho, com sede no distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantu, e foro no município de Campina da Lagoa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2003, de autoria do deputado Pastor edson Praczyk, que torna preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidades e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Independente, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos no quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à secretaria do Tribunal de Justiça. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Liga de Remo do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Retirado de ofício pelo Sr. Presidente.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que cria semana estadual da juventude. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899 de 25 de novembro de 2002. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ.**

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Faço um requerimento verbal ao Plenário, para que os itens 15 a 21, 23 e 24 - todos de declaração de Utilidade Pública de beneméritas entidades do nosso Paraná e que já foram avaliadas no seu mérito pelas Comissões da Casa, sejam votados globalmente, pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Senhor deputado, sinto informar que pelo nosso Regimento, nós não temos condições; não permite.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Pediria a exclusão do item 30, da pauta, porque esse projeto - talvez tenha acontecido algum engano foi aprovado no dia 20 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

V. Exa. tem toda a razão; o item já está excluído da pauta.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Da mesma forma o item 35, que também já foi aprovado na Casa, inclusive em duas votações.

Eu peço a sua retirada da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Requerimento nº 2365, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a

retirada da Indicação nº 050/2003, item 35 da Ordem do Dia, da presente sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, retirada da Ordem do Dia, a Indicação nº 050/2003.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Eu já fui deputado aqui, e se englobavam os itens, não sei se mudaram o Regimento. Já houve votações de projeto de lei onde vários projetos foram apensados, uns aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Deputado Rafael Greca, para o seu esclarecimento, os projetos de veto, quando vêm do Palácio e quando são correlatos, há a possibilidade de serem apensados.

É o que esclarece a assessoria da Mesa.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719/2002, de Associação da Comunidade dos Sagra-dos Corações para Centro de Educação Infantil Boa Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Estrada Piauí - AMEP, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/2003, de autoria do deputado Kielese Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação Agropecuária Transparaná, com sede e foro no município de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Casa Padre Bernardo Reck, Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Provopar- Ação Social Municipal de Floresta, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Edhucca - Escola de Desenvolvimento Humano, "Casa do Caminho", com sede e foro no município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Tomi Nakagawa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Apaceebja - Associação dos Professores e Alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e adulto de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2003, de 03.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 324/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sarandi - APMI, com sede no município de Sarandi e foro no município de Marialva.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 324/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sarandi- APMI, com sede no município de Sarandi e foro no município de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 17/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de setembro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/2003
Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de setembro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Nelson Tureck, Plauto, Miró Guimarães, Carlos Simões.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 038/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 038/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de agosto de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Analizado o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supra citada, constato que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, concluo pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Assim sendo e pelo acima exposto, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável- Aprovado.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 26

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - CEASA, na região no Norte Pioneiro com sede na cidade de Santo Antonio da Platina. PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 022/2003, de 23.04.2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 05/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 05/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, tem por objetivo sugerir a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região do Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois trata-se de uma região de pólo produtivo de hortifrutigranjeiros, aproximando distâncias, facilitando o mercado interestadual.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 27

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que sugere a destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 026/2003, de 30.04.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 013/2003

P A R E C E R :

A indicação submetida a exame desta Comissão de Segurança Pública objetiva sugerir ao chefe do Poder Executivo a elaboração e encaminhamento de anteprojeto de lei a esta Casa, visando a aprovação de normas sobre a destinação de armas apreendidas em ações policiais.

Inobstante careça o legislador estadual de competência para iniciar o processo legislativo sobre esta matéria, o nobre parlamentar, preocupado com o aumento da criminalidade, e as condições, muitas vezes, de inferioridade das nossas Polícias ante o poder bélico cada vez

mais potente dos marginais, exerce a sua função legislativa indiretamente, apresentando sugestão de solução criativa e viável à administração pública.

Cabe a esta comissão louvar a iniciativa e manifestar-se favoravelmente à mesma e ao seu encaminhamento para votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 28

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere gratificação aos funcionários do Instituto Médico Legal. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 020/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Alexandre Curi, sob exame nesta Comissão de Segurança Pública, visa sugerir ao chefe do Poder Executivo a concessão de gratificações atribuídas aos servidores das áreas da saúde e do sistema penitenciário, também aos servidores do Instituto Médico Legal.

São elas a Gratificação de Atividade Específica - GAE, a Gratificação de Atividade de Saúde - GAS e a Gratificação de Zona.

Conforme as funções exercidas pelos servidores do IML, minuciosamente descritas na proposta, percebe-se muito justo e acertado seu objetivo propósito

Isto posto esta Comissão de Segurança Pública é de parecer favorável à indicação apresentada e louva o seu mérito.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 29

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 027/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a execução de campanhas antidrogas pelas escolas da rede pública e privada. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 223/2003. **Aprovado. (Publ no DA nº 021/2003, de 22/04/2003 - Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 233/2003 E
INDICAÇÃO Nº 027/2003

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei que obriga as escolas da rede pública e de particulares a efetuarem campanhas antidrogas junto aos alunos.

A Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer contrário ao projeto de lei acima citado, sob a alegação de que tal matéria é de iniciativa do Poder Executivo, conforme consta no artigo 66, da Constituição Estadual.

A Diretoria Legislativa, ao analisar o projeto de lei referido, cita o artigo 66 da CE onde fica claro que a iniciativa é do Executivo, e cita ainda o artigo 27 Inciso I, da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo dispositivo legal permite que o Poder Executivo (Secretaria de Estado da Educação), aborde temas de interesses social etc.

Pelo exposto não há como discordar de tais pareceres, sob o aspecto da legalidade e do direito positivo.

Entretanto, em face à relevância e a alta importância do tema levantado pelo colega deputado Mauro Moraes, opinamos pela aprovação da Indicação nº 027/2003, a qual é oportuna, em face à desagregação social e familiar, ocasionada pela expansão do consumo e do tráfico de entorpecentes.

Sala das Comissões, em 16.06.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 223/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por objetivo tornar obrigatória a realização de campanha antidrogas aos alunos, pelas escolas da rede pública e privada do Estado.

Fundamentação

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privada do senhor governador do Estado.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, torna a iniciativa de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao secretário de Estado da Educação, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 30

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 029/2003, de autoria do deputado André Vargas, que sugere a isenção de IPVA e Seguro Obrigatório às viaturas policiais, ambulâncias e veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. (Publ no DA nº 035/2003, de 19/05/2003).

COMISSÃO DE SEGURANÇA INDICAÇÃO Nº 029/2003

P A R E C E R :

Relatório

A Indicação nº 029/2003, de iniciativa do Exmo. Senhor deputado André Vargas, tem por escopo a isenção de IPVA e Seguro Obrigatório às viaturas policiais, ambulâncias e veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação não encontra óbice legal, pois de acordo com o artigo 155, inciso III da Constituição Federal e artigo 129 e seguintes da Constituição do Estado, a competência para instituir tais impostos é do Estado e do Distrito Federal.

Muito embora tratar de indicação e não projeto de lei, desde já alteramos para a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 14, traz que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita (concessão de isenção), deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, devendo haver demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou estar acompanhada de medidas de compensação.

Alertamos para alguns detalhes a serem considerados, no item 02, salientando que as viaturas policiais não são tão somente da frota da Polícia Militar e Rodoviária, mas também do Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

Outro critério a ser observado é o do item 03, onde os veículos, para se beneficiarem da isenção proposta, no caso de tratar-se de veículos de entidades assistenciais, que sejam essas de declarada Utilidade Pública.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável à presente Indicação nº 029/2003, objeto desta análise, observadas as considerações nos item 04 e 05 acima mencionados.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

O SR. ANDRÉ VARGAS

Solicito a exclusão do referido item, pois já foi votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

ITEM 31

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 037/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do

Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CT. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 224/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16/06/2003 - Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE TURISMO
INDICAÇÃO Nº 37/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do deputado Mauro Moraes, visa sugerir a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo, ao examinarmos a proposta, constatamos que essa matéria já foi sancionada pela Lei nº 13.568 do Diário Oficial nº 6235, de 22 de maio de 2002. Assim sendo, opinamos pelo parecer favorável, na forma do substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente e Relator

SUBSTITUTIVO GERAL À INDICAÇÃO Nº 037/2003

Exmo. Sr. governador do Estado, Exmo. Sr. secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a regulamentação da Lei nº 13.568, de 22 de maio de 2002, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do Paraná.

2) O Poder Executivo, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criaria convênio junto com os municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material áudio-visual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

3) As prefeituras, através de seus órgãos, enviariam para a Secretaria de Turismo o material que julgasse ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

4) Poderiam as prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

5) A duração de cada filme ilustrado não poderia ser inferior a dois minutos nem superior a cinco minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

6) As inserções do material apresentado percorreriam todos os cinemas do Estado do Paraná.

7) O controle e fiscalização ficariam por conta da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 05.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente e Relator

JUSTIFICATIVA:

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes em companhia de um camelo, outras vezes à pé, porém, a vontade de conhecer novos horizontes fizeram desses homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio, e o conhecimento.

Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje, não tenho dúvidas em afirmar, que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui, é ecológico, não agride o meio ambiente, traz divisas e empregos.

A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolvam outros segmentos.

O Paraná é, foi e será, palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas e desportivas, mas o interior do Estado surge também como alternativa desses eventos e é preciso divulgar.

A parceria do Governo do Estado através da Secretaria Estadual da Indústria, Comércio e Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinemas), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 224/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por objetivo tornar obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privativa do senhor governador do Estado.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 32

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 039/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere a implantação do Programa “Cadê Você”, com objetivo de introduzir mecanismo de pesquisa e informação, na questão de desaparecidos. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovada. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA**INDICAÇÃO Nº 039/2003****P A R E C E R :****Do Relatório**

1) A Indicação nº 039/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Alexandre Curi, tem por escopo a implantação do Programa “Cadê Você”, com o objetivo de introduzir mecanismo de pesquisa e informação na questão de desaparecidos.

Da Fundamentação

2) Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação não encontra óbice legal em prosseguir, salientando-se que se trata de iniciativa de grande mérito e interesse social, que merece consideração e apreço, pois vem ao encontro da necessidade de localização de desaparecidos, expandindo as possibilidades de encontrar as pessoas desaparecidas. Cabe, ainda, esclarecer que a propaganda televisionada e pela imprensa em geral como forma de divulgação dos nomes certamente teria boa aceitação pela população.

Da Conclusão

3) Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável à presente Indicação nº 039/2003, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 10.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

ITEM 33

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 043/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere que o município de Cantagalo passe a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. Aprovada. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003)**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 043/2003****P A R E C E R :**

A Indicação nº 43/2003, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock, tem por escopo sugerir que

o município de Cantagalo passe a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul.

A justificativa se deve ao fato de que o município de Cantagalo encontra-se a uma distância de 80 km do atual Núcleo Regional de Ensino de Guarapuava, enquanto que, em sendo transferido o município de Cantagalo para o Núcleo Regional de Ensino de Laranjeiras do Sul, esta distância diminuirá para 30 km. Esta providência diminuirá as despesas, pois até a cidade de Guarapuava existe um posto de pedágio, o que não ocorre em relação ao município de Laranjeiras do Sul, além do combustível reduzir sobremaneira.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, seguindo o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 16.07.2003.

(a) ALEXANDRE CURI - Presidente e Relator

ITEM 34

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 049/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que sugere a encampação das concessões rodoviárias do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02.06.2003).**

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
INDICAÇÃO Nº 049/2003****P A R E C E R :**

A Indicação do nobre deputado Geraldo Cartário nº 49/2003 sugere a encampação das concessões rodoviárias do Estado do Paraná, a nosso ver já mereceu acolhida do senhor governador do Estado na forma de mensagem de lei que tramita há uma semana nesta Assembléia Legislativa. Assim, sugerimos seja esta indicação apensada à referida mensagem, para que a discussão de mérito de suas sugestões, valores, forma e conteúdo, se dê em conjunto.

Parece-nos perigosa a indexação em lei, de um índice em reais para as tarifas de pedágio rodoviário, num quadro econômico que nem sempre é estável. Numa malha que é dependente de matérias-primas ligadas ao petróleo (CBUQ), isto é, indexadas em libras esterlinas e dólares norte-americanos.

No que concerne às obras públicas e transportes - objeto de trabalho desta egrégia Comissão - envolve as diversas variáveis do correto juízo de valor sobre a autosustentação da malha rodoviária básica do Estado do Paraná.

Por isso, melhor a discussão única pela Casa de todos os projetos de lei que o envolvem.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

O item 34 da pauta - eu tenho visto aí é uma indicação do ilustre deputado Geraldo Cartário e ele foi para as Comissões. A própria comissão sugeriu que essa indicação fosse anexada a um projeto que já foi votado na Assembléia.

Então, peço a retirada desse projeto da Ordem do Dia, uma vez que a Assembléia já votou um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Nós entendemos que V. Exa. já está providenciando o requerimento por escrito.

Acatado.

Requerimento nº 2367, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento da Indicação nº 049/2003, item 34 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, retirada e arquivada a Indicação nº 49/2003.

ITEM 35

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação de Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02.06.2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 050/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo sugerir a criação de Programas de Habitação Rural no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois contribuirá e auxiliará nas reformas e ampliações de moradias rurais de agricultores familiares paranaenses.

Considera-se louvável a oportunidade.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES** - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Solicita sua exclusão da Ordem do Dia, pois o mesmo já foi votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

ITEM 36

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 055/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que sugere o tomba-

mento do Patrimônio Ferroviário do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 102/2003. Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2003, de 11.03.2003 - Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A Indicação nº 055/2003, do ilustre deputado Tadeu Veneri, sugere tombamento do Patrimônio Ferroviário do Paraná, construído no século XIX.

A propósito nosso parecer:

I - Inegável o mérito da proposição, num Brasil que vem destruindo suas ferrovias, importantes enquanto malha de transporte, infra-estrutura para comércio, indústria e turismo. Outras nações, a Inglaterra, a França e Áustria, Myanmar, Índia, entre elas, conservam malhas ferroviárias de bitolas de até 200 anos passados, e, em trens históricos fazem projetos vitoriosos, como o comboio turístico "Orient Express".

Há contudo algumas correções a serem feitas:

II - A indicação é dirigida ao Secretário de Transportes, quando "Tombamento" ou a inscrição no Livro do Tombo - nos parece atribuição da Secretaria da Cultura, do Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Paraná.

III - Está escrito no item 2, "bens móveis", (sic). Seriam locomotivas e concessionárias - fora de uso, ou datado do século XIX?

Por que não há menção aos "imóveis", isto é, estações, casa de chefes de trem, pousos de beira de estrada, mirantes, construções dos engenheiros Lange, Rebouças, Laforte e do engenheiro Durival de Brito - em sua grande maioria depredadas.

IV - E aí entra a necessidade de se referir também edificações do século XX, porque muitas das edificações ferroviárias históricas interessantes, - enquanto paisagem, atração turística do patrimônio cultural, já são posteriores a 1900. Por exemplo, entre Curitiba e Paranaguá, as obras de Durival de Brito - tal a Estação Piraquara - são de 1944. Há também a ferrovia do Norte Pioneiro do Paraná, posterior a 1940, nem por isso menos histórica.

Assim propomos o seguinte substitutivo para a indicação:

1 - a Assembléia Legislativa do Paraná dirige-se ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná para propor o tombamento do patrimônio histórico ferroviário do Estado do Paraná, no conjunto de trechos dos trilhos de ferrovia dos séculos XIX e XX, bem como os bens móveis e imóveis que o mesmo Conselho, após deliberar, arrolar.

2 - A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná fará o criterioso levantamento prévio destes trechos, bens móveis e imóveis, com recursos a serem previstos nos Orçamentos do Estado.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) **JOSÉ MARIA FERREIRA** - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar o tombamento do Patrimônio Ferroviário no Estado do Paraná.

Pelas informações prestadas pela RFFSA, através de seu chefe de Escritório Regional de Curitiba, toma-se conhecimento de que grande parte dos imóveis de propriedade da sociedade de economia mista em processo de liquidação, situados neste Estado, estão tombado ou em processo de tombamento pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural Estadual e Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa.

Ante este fato, além da carência de competência legislativa para iniciativa do processo legislativo sobre a matéria de cunho administrativo (artigo 66, IV CE), entende a Comissão de Constituição e Justiça, que está prejudicado o objeto da proposta legislativa e sugere a devolução do projeto de lei ao seu autor, para arquivamento e apresentação de requerimento ou de indicação ao senhor governador e prefeitos locais, com o objetivo de propugnar pela agilização dos processos de tombamento em curso, além de uma efetiva ação fiscalizatória para coibir ações predatórias do patrimônio cultural e finalmente, mediante campanhas de conscientização da sociedade, desenvolver trabalhos e conservação e recuperação dos bens danificados.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 37

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 070/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que propõe a reativação do recanto existente na Rodovia dos Minérios próximo ao trecho rodoviário de Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovada. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11.08.2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 070/2003

P A R E C E R :

A proposta do ilustre deputado Delegado Bradock reveste de interesse público, histórico e turístico indiscutíveis.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 38

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 076/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que propõe a estadua-

lização da estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná e Laranjal. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovada. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09.09.2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 076/2003

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de uma Indicação Legislativa, de autoria do deputado Nelson Tureck, a qual, uma vez aprovada, propõe ao Poder Executivo do Estado do Paraná estadualizar a estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal, passando pela localidade de Vista Alegre.

A referida estrada, atualmente mantida pelos dois municípios antes referidos, tem uma extensão total de 35 Km e, se estadualizada, poderá se constituir, na continuidade de PR-364 que parte da Campina da Lagoa alcançando Altamira do Paraná, numa extensão de 27,5 Km, e assim ficar com um total de 62,5 Km.

A estadualização da referida via pública poderá facilitar no futuro, e quiçá urgentemente, o asfaltamento desta estrada que constitui o único trecho, como já dito, de 35 Km, ainda não asfaltado de uma importante via que liga a BR- 369 (Cascavel a Campo Mourão) à BR-466 (Guarapuava a Pitanga), unindo toda uma região do Centro-Oeste do Paraná, entre os vales do Rio Piquiri e do Rio Cantu.

Voto de Fundamentação

Somos de parecer favorável quanto ao mérito da proposição, pois estradas intermunicipais, ou ao menos a principal via que une dois municípios, como no caso em pauta, deve ser de responsabilidade do Estado.

E, como já dito no relatório acima, a estadualização é o primeiro passo para asfaltar estes 35 Km de leito natural (estrada de terra), criando em definitivo uma nova via de ligação, diminuindo significativamente a distância entre inúmeras cidades da região do Cantuquiriguaçu ao da microrregião de Campo Mourão e adjacências.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável quanto ao mérito da proposição do eminente deputado Nelson Tureck, na forma da indicação apresentada.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 39

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 098/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que solicita a redução de tarifa da água para os Hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde. **PARECER FAVORÁVEL DA CSP. Aprovada. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23.09.2003).**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 098/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano, tem por escopo solicitar a redução de tarifa de água para os hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde.

A justificativa está fundamentada no fato de os hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) estarem sofrendo uma grave crise devido a diversos fatores como: a inflação e reajustes de valores nos mais variados setores. Esta redução ajudará com que esses hospitais possam melhorar suas condições de trabalho e instalações, além de não contribuir para o fechamento unidades hospitalares.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, seguindo o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 40

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 099/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que propõe a implantação de incentivos financeiros aos municípios que possuam Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 099/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, do nobre deputado Doutor Luciano, tem o objetivo propor a implantação de incentivos financeiros aos municípios que possuam Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Paraná, determinando que tais incentivos sejam aplicados em ações de capacitação e qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde e revertidos para remuneração adicional dos mesmos.

A Comissão de Saúde Pública, ao analisar a matéria, apresenta parecer favorável à mesma, opinando pela sua aprovação, concordando com a sugestão do autor que deve estabelecer que os valores sejam definidos a partir de critérios técnicos adequados, aprovadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Saúde (CES) e repassados aos municípios na modalidade Fundo a Fundo.

Sala das Comissões, em 08.10.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente
NELSON TURECK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2360, de autoria do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2347 e 2348, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2350 e 2350-A, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2352, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2353, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2355, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2356, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2358, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2359, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2363, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2366, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter, Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Ademir Bier, Chico Noroeste e da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 307/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15º LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro, do ano de 2003, às 14h00, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se

os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühler, Dobrandino da Silva, como suplente da deputada Elza Correia, Rafael Greca e o presidente da Comissão deputado José Maria Ferreira com o intuito de deliberar sobre a matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (9ª Reunião Ordinária). Na sequência o deputado Francisco Bühler, pede dispensa. Todos aprovam. O senhor presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 01) Projeto de Lei nº 368/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Relator: deputado Dobrandino da Silva. Parecer

FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Francisco Bühler. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Indicação nº 76/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Relator: deputado Elton Carlos Welter, sendo o mesmo parecer relatado, em virtude de sua ausência, pelo deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Indicação nº 070/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária